DIVERSOS

2002



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Valter F. Hulshof portador do RG. 8173377 residente no Município, fico responsável em abrir e fechar as dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, haja vista que, as chaves serão devolvidas no dia seguinte no período matutino.

Estância Turística de Holambra, aos 6 de 12 de 2002.

Assinatura

Recebemos

Holambra, 09 de dezembro de 2002

Andréia Pereira Campanha
Chefe de Expediente e Secretaria

ANEEL
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Ofício-Circular nº 1007/2002-DR/ANEEL

Brasília, 28 de outubro de 2002.

Assunto: Classificação dos consumidores de energia elétrica na Subclasse Residencial Baixa Renda.

Senhor(a) Presidente,

A ANEEL, em sua Resolução nº 246, de 2002, em consonância com a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, regulamentou que as unidades consumidoras residenciais com média de consumo, nos últimos 12 meses, inferior a 80 kWh, estão automaticamente incluídas na Subclasse Residencial Baixa Renda e, portanto, com direito ao desconto tarifário que pode chegar a até 65%.

2. Dando seqüência ao processo de enquadramento dos demais consumidores com direito ao desconto tarifário, a ANEEL publicou a Resolução nº 485, de 30 de agosto de 2002, que estabeleceu os critérios de classificação das unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 kWh e 220 kWh na Subclasse Residencial Baixa Renda, conforme definem também a Lei nº 10.438, de 2002, e o Decreto nº 4.336, de 2002. Para que as famílias que estejam nessa faixa de consumo tenham acesso ao desconto tarifário se faz necessário, com base no decreto citado, que as mesmas sejam integrantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou cadastradas em qualquer um dos seguintes programas sociais federais: Auxílio-Gás, Bolsa-Escola ou Bolsa-Alimentação.

3. O cadastramento nesses programas já conta com a participação da prefeitura desse município e, como citado, será o meio para que os consumidores possam obter o desconto tarifário perante as concessionárias de distribuição. Além desse benefício, as famílias habilitadas estarão isentas do pagamento da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, de 2,9%, e do Encargo de Capacidade Emergencial.

4. Diante disso, solicito a V. Exª. o apoio dessa Câmara para que a população tenha informações sobre o acesso a esse desconto, a partir dos cadastramentos citados. Acrescento que esta Agência determinou às concessionárias de distribuição que divulguem amplamente e informem, por escrito, a todos os consumidores residenciais com consumo entre 80 kWh e 220 kWh, a forma de habilitação aos descontos tarifários. A ANEEL encaminhou, também, ofício à prefeitura tratando do assunto em questão.

5. Caso sejam necessários esclarecimentos adicionais, estes poderão ser obtidos com a Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade desta Agência, por meio do telefone (61) 426-5646 e pelo correio eletrônico src@aneel.gov.br, ou pela consulta à Resolução nº 485 e à toda legislação pertinente no endereço www.aneel.gov.br .

6. Coloco-me à disposição de V. Exª. para prestar informações de competência desta Agência, sempre que se fizer necessário.

Respeitosamente,

JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO
Diretor-Geral

SGAN - Quadra 603 / Módulos "I" e "J"
CEP 70830-030 - Brasília - DF - Brasil
Tel. 55 (61) 426 5600
Ouvidoria 0800 61 2010
www.aneel.gov.br

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

OFÍCIO ESPECIAL **Estância Turística de Holambra, aos 9 de dezembro de 2002**

Senhor Diretor,

Hoje, a situação atual do país, não está sendo uma das melhores, principalmente com a escassez de recursos financeiros. E pensando em propiciar condições de levantamento social e inclusão no mercado de trabalho de nosso povo, estou tomando a iniciativa de solicitar a Vossa Excelência, a possibilidade de desconto de 30% para o Senhor Maurício de Souza Campos, RG. 22.674.491, aluno nessa Universidade Paulista, Cursando em Nível Superior-Direito, no período da manhã.

Antecipadamente agradecemos e ao ensejo que se apresenta, aproveitamos para manifestar a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e distinto apreço.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Excelentíssimo Senhor
PROF. BRASÍLIO CAMARGO DE BRITO
Universidade Paulista- UNIP.
Campinas – SP

CMDU

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Ofício CMDU 14/2002

Holambra, 02 de dezembro de 2002.

Prezado Senhor

Em atendimento à solicitação feita por V. Sª ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU, com respeito ao requerimento encaminhado por Toekan Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Ltda, a respeito da alteração do mapa de zonemento do Loteamento Parque dos Imigrantes, cumpre-nos dizer o seguinte:

1- Quanto às alterações solicitadas pelo requerente, este Conselho as entende procedentes. Sendo elas mais restritivas que a Lei de Uso e Ocupação do Solo em vigor, entende o CMDU que realmente tais alterações em nada prejudicam a legislação atual, ao contrário, se fazem necessárias, para que não sejam causados prejuízos a nenhuma das partes envolvidas. Deve então ser seguido o memorial descritivo do loteamento, aprovado e registrado nos órgãos públicos.

2- Sugerimos então que a municipalidade promova as alterações necessárias, inclusive alterando as cores no mapa de zoneamento. Gostaríamos, que, depois de processadas as alterações, nos fosse enviada cópia do referido mapa, para conhecimento e arquivo deste Conselho.

3- Durante nossas análises do memorial descritivo, verificamos que as quadras 29 e 32 do loteamento em questão, não possuem definição de uso para seus lotes. Para que sejam evitados futuros desentendimentos a respeito do uso e ocupação das

citadas quadras, sugerimos a especificação de uso para os lotes, aproveitando a execução das alterações solicitadas.

Sempre prontos a colaborar com a melhoria constante de nossa cidade, subscrevemo-nos,

Cordialmente,

CMDU – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
Arquiteto Francisco Alberto de Almeida
Presidente em exercício.

Exmo Sr
Marcel Donizete de Souza Campos
MD Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

PROTOCOLO
Nº de Ordem 477
Fls. Nº 23 Livro Nº 009
Data 10 / 12 / 2002
Secretaria

ADA
Assessoria
& Consultoria

Ribeirão Preto, 28 de novembro de 2002

À
MESA DIRETORA ou SECRETARIA EXECUTIVA da
Câmara Municipal de HOLAMBRA

Prezados Senhores,

Solicitamos o obséquio de nos fornecer os nomes dos prezados Vereadores dessa Casa que compõem a presente Legislatura.

Destina-se à atualização dos nossos registros.

Agradecendo pela atenção que for dispensada a esta nossa solicitação, aproveitamos o ensejo para enviar-lhes os nossos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

ANTONIO DOMINGOS ANDRIANI
Diretor

OK

ADA - Assessoria & Consultoria
Caixa Postal, 803 - Fone/Fax 0xx16-635-4455 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto - SP

º ENCONTRO REGIONAL DE ASSOCIAÇÕES

SANTO ANTONIO DE POSSE

ARTUR NOGUEIRA

COSMÓPOLIS

JAGUARIÚNA

HOLAMBRA

PAULÍNIA

1º

E.R.A.

ENGENHEIROS
ARQUITETOS
AGRÔNOMOS

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS,
ARQUITETOS E AGRÔNOMOS
DE HOLAMBRA

R. das Camélias, 362-A - Centro
Holambra - SP - Cep.13825-000
F. / Fax .38024377

Holambra, 25 de novembro de 2002.

Prezado Senhor.

A ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS DE HOLAMBRA, em ação conjunta com as Associações congêneres de nossa região, estará promovendo, no próximo dia 30 de novembro, o 1° ERA – Encontro Regional de Associações.
Vimos então, através deste, convidá-lo a participar do referido encontro, ocasião em que estaremos recebendo o **Eng. Agrônomo José Eduardo de Paula Alonso, Presidente do CREA-SP e também o Eng. Civil José Tadeu da Silva, Presidente da Federação das Associações de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Estado de São Paulo.**
O referido evento terá lugar nas dependências do Restaurante Clube Holambra, tendo início às 9h29min.
Vossa presença certamente virá abrilhantar ainda mais o acontecimento.

Cordialmente,

Arquiteto Francisco Alberto de Almeida
Presidente da Associação dos Engenheiros,
Arquitetos e Agrônomos de Holambra

PROTOCOLO
Nº de Ordem 483/2002
Fls. Nº 21 Livro Nº 009
Data 26 / 11 / 02
Secretaria

Ao Exmo. Sr.
MARCEL DONIZETE DE SOUZA CAMPOS
MD. Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Oficio nº 684/EN Campinas

Campinas, 03 de outubro de 2002

Senhor Presidente
Senhores Vereadores

Para conhecimento e providências cabíveis, notificamos que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDU, por intermédio da Caixa Econômica Federal, procedeu a alteração dos termos referentes ao **prazo de vigência** do Contrato 131334-86/2001 Programa PRODESA prorrogando-o para **03/01/2003**.

2 Comunicamos o encaminhamento do extrato da alteração à Imprensa Oficial, para publicação em Diário Oficial da União – DOU, sendo esta condição para a eficácia do ato.

Atenciosamente

ILSE REGINA TOMAZINI
Supervisora de Filial
Representação de Desenvolvimento Urbano em Campinas

MARCOS ROBERTO FONTES
Gerente de Mercado
Escritório de Negócios de Campinas

À
Sua Excelência o Senhor
Marcel Donizeti de Souza Campos/Presidente
Câmara Municipal de Holambra/SP

PROTOCOLO
Nº de Ordem 446
Fls. Nº 20 Livro Nº 009
Data 30/10/2002
Secretaria

Olá, desculpe a insistência, mas devido termos que fornecer este material para o B. do Brasil e geralmente bandeiras de município possuem brasões bem detalhados, se puderem nos atender com urgência para nosso cliente receber material na data solicitada, nós agradecemos - pois ainda teremos que bordar esta bandeira. É uma ordem do presidente do banco do Brasil que todas as agências do Brasil deverão antes do dia 19/11 estar com as bandeiras (Brasil e Município) hasteadas em homenagem ao dia da bandeira.

Itaquaquecetuba, 16 de outubro de 07

À
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Tel: (19) 3802-1487 /3802 -1625
A/C: encaminhar p/ depto. responsável por este assunto

REFERENTE: BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Prezados Senhores,

Somos fabricantes de bandeiras há 36 anos e com o intuito de atender um cliente nosso (BANCO DO BRASIL) que está solicitando a bandeira deste município vimos a presença de V. Sas. solicitar a gentileza de nos fornecer o desenho da mesma se possível com uma xerox da lei para que possamos confeccioná-la dentro dos padrões oficiais.

Caso V. Sas. não tenham o desenho , enviar a bandeira ou foto para tirarmos o modelo que nossa empresa se compromete a devolvê-la no menor prazo possível e junto enviaremos também cópia colorida do desenho da bandeira.

Desde já, agradecemos vossa atenção e colocamo-nos a disposição.

DADOS PARA O ENVIO DO SEDEX:
BANDERART INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA
AVENIDA REGISTRO N.º 301 JARDIM TROPICAL
ITAQUAQUECETUBA – SP CEP: 08582-540
A/C: FABIANA

OBS: CASO TENHAM EM ARQUIVO, PELO MENOS DO BRASÃO, PREFERIMOS O ENVIO POR E-MAIL, POIS DESSA FORMA PODEREMOS REPRODUZÍ-LA COM MAIOR FIDELIDADE:
banderart@banderart.com.br e banderart.brasil@terra.com.br

A CÓPIA DA LEI E DO DESENHO PODEM ENVIAR TAMBÉM VIA FAX (11) 4646-3310

Grata,
FABIANA CALIMANIS
Depto. COMERCIAL
Tel.: 0800 194877
Fax: (011) 4646-3310

17/10/

...STRIA TÊXTIL Ltda.
...Tropical - Itaquaquecetuba - SP Vendas: Tel.: (0xx11) 4646-3300 FAX: (0xx11) 4646-331
Insc. Est.: 379.019.499.1

Olá, desculpe [illegible] cia, mas devido termos que fornecer este material para o B. do Brasil e geralmente bandeiras de município possuem brasões bem detalhados, se puderem nos atender com urgência para nosso cliente receber material na data solicitada nós agradecemos - pois ainda teremos que bordar esta bandeira. É uma ordem do presidente do banco do Brasil que todas as agências do Brasil deverão antes do dia 19/11 estar com as bandeiras (Brasil e Município) hasteadas em homenagem ao dia da bandeira

Itaquaquecetuba, 16 [illegible] ubro

A
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Tel: (19) 3802-1487 /3802 -1625
A/C encaminhar p/ depto responsável por este assunto

REFERENTE: BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Prezados Senhores,

Somos fabricantes de bandeiras há 36 anos e com o intuito de atender um cliente nosso (B[illegible]CO DO BRASIL) que está solicitando a bandeira deste município vimos a presença de V. Sas. [illegible] a gentileza de nos fornecer o desenho da mesma se possível com uma xerox da lei para que [illegible] confeccioná-la dentro dos padrões oficiais.

Caso V. Sas. não tenham o desenho , enviar a bandeira ou foto para tirarmos o modelo [illegible] esta empresa se compromete a devolvê-la no menor pra[illegible] possível e junto enviaremos também [illegible] cópia colorida do desenho da bandeira.

Desde já, agradecemos vossa atenção e colocamo-nos a disposição.

DADOS PARA O ENVIO DO SEDEX:
BANDERART INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA.
AVENIDA REGISTRO N.º 301 JARDIM TROPICAL
ITAQUAQUECETUBA - SP CEP: 08582-540
A/C: FABIANA

OBS: CASO TENHAM EM ARQUIVO, PELO MENOS DO BRASÃO, PREFERIMOS O ENVIO POR E-MAIL, POIS DESSA FORMA PODEREMOS REPRODUZÍ-LA COM MAIOR FIDELIDADE:

banderart@banderart.com.br e banderart.brasil@terra.com.br

A CÓPIA DA LEI E DO DESENHO PODEM ENVIAR TAMBÉM VIA FAX (1[illegible]

Grata,
FABIANA CALIMANIS
Depto COMERCIAL
Tel.: 0[illegible]
Fax: (011) 4646-3310

17/10/02

BANDERART INDÚSTRIA TÊXTIL Ltda.
Av. Registro, 301 - CEP 08582-540 - Jd. Tropical - Itaquaquecetuba - SP
C.N.P.J. : 60.717.469/0001-78
Vendas: Tel.: (0xx11) 4646-[illegible] FAX: (11) 4646-3310
[illegible] 379.019.409.119

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Excelentíssimo Senhor
MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
M.D. Presidente da Câmara Municipal

REQUERIMENTO

REQUER RETIRADA DE PROPOSITURA.

Requer na forma prevista no artigo 189, alínea b do Regimento Interno, retirada do Projeto de Lei Complementar n.° 007/2002, Protocolo n° 297/2002, de 17 de junho de 2002.

Nestes Termos,
P. Deferimento.

VEREADOR Dr. HUMBERTO MARINO DE LÚCIA

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

Câmara Municipal de Cosmópolis
Protocolo nº 1.1.1.5
Em 05-08-2002
Processo nº 13.423

PROJETO DE LEI Nº 67/2002
"Dispõe sobre a criação do "Dia Municipal do Deficiente Físico".

Faço Saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS**, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o "Dia Municipal do Deficiente Físico", a ser comemorado no dia 21 de Setembro.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Os deficientes físicos, infelizmente, enfrentam inúmeras dificuldades em seu dia-a-dia. Como se já não bastassem suas próprias limitações, provocadas pela deficiência, os mesmos são obrigados a enfrentar as barreiras arquitetônicas e, o que é pior, as barreiras impostas pela sociedade, através da discriminação e do preconceito.
Os deficientes lutam pelos direitos que lhe cabem, e merecem o apoio de todos nós, porque, como diz a própria Constituição Federal, todos são iguais perante a Lei.
O Dia Municipal do Deficiente Físico será, então, uma data para lembrarmos da luta desses cidadãos, e de nosso dever de os apoiar.
PLENÁRIO JOÃO CAPATO, 5 DE AGOSTO DE 2002.

José Pedroso da Silva
Presidente

Câmara Municipal de Cosmópolis

"Palácio 30 de Novembro"

Cont. Projeto de Lei nº 67/2002

Dr. Arnaldo Mariz Queiroz
Vereador

Fernando Luiz de Andrade
Vereador

Josenil Jorge Soares de Oliveira
(Prof. Jorge)
Vereador

Nilton Cesar Fetzner
Vereador

Osvaldo Luiz Veronesi
Vereador

Waldecir da Silva
Vereador

Wanderley Rolando Rosa Júnior
Vereador

APROVADO EM Primeira DISCUSSÃO
POR Unanimidade
20 08 02

APROVADO EM Segunda DISCUSSÃO
POR Unanimidade
20 08 02

ACIAH

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRICOLA DE HOLAMBRA

Ofício nr. 020/2002-08-05

Ref.: Código Tributário Municipal - IPTU/ISSQN e Taxa de Licença

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme é de seu conhecimento, esta associação recebeu várias reclamações de seus associados, em relação às cobranças de tributos, de conformidade com o novo Código Tributário Municipal.
Em audiência realizada nesta respeitável Casa de Leis, houve a sugestão para que uma comissão pudesse estudar melhor a situação e encaminhar suas sugestões para apreciação dos envolvidos.
Esta associação, na representação dos interesses dos seus associados, deve procurar acionar os poderes constituídos, levando às preocupações de seus membros e solicitar as providências que forem cabíveis ao caso discutido.
Desta forma, as sugestões apresentadas devem procurar fórmulas mais genéricas e que possam atingir o maior número de interessados, de maneira que qualquer mudança na lei, possa manter seu caráter geral e dentro de uma razoável justiça social, evitando-se cuidar de casuísmos ou de particularizações excessivas.
Em reunião interna desta associação, verificou-se que as maiores dificuldades são percebidas pelos pequenos comerciantes e entidades sem fins lucrativos, inclusive cooperativas.
É certo que a Constituição Federal de 1988 dá diretrizes específicas para fomentar a atividade econômica das referidas categorias, principalmente quando claramente prevê, exemplificativamente, o artigo 170, inc. IX e artigo 174, §2o., com o seguinte texto:

Constituição Federal de 1988
Art. 170 - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
(...)
IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
(...)
Art. 174 - Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
(...)
§2o. A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Rua Rota dos Imigrantes, 353 - Salas 1 e 2 - Galeria Central - Cep 13825-000 - Holambra - SP
Fones: (19) 3802-1593 / 3802-2020 Fax: (19) 3802-2021- E-mail: aciah@dglnet.com.br
Home Page: holambra.dglnet.com.br/aciah

ACIAH

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRICOLA DE HOLAMBRA

Com estas diretrizes constitucionais direcionadas ao legislador brasileiro - inclusive para o legislador municipal - várias leis têm sido editadas acatando o norte traçado pelo legislador constitucional, e dentre elas, podemos citar o Estatuto da Microempresa (lei federal 9841/99), com especial ênfase para as normas tributárias que tratam do sistema "simples", tanto federal como estadual.

Nada impede que haja um sistema "simples" para os tributos municipais, porém é um passo mais ousado e que demandaria muitos estudos.

Entretanto, devido à urgência que o tema merece, sugerimos duas maneiras de contornar a questão, mediante apresentação de projeto, dentre outras que V.Sa. poderá, como conhecedor das elaborações legislativas e com esta legítima incumbência:

1) incluir nos anexos que mencionam tributos, no CTM, e em leis esparças, a inclusão de categoria especial, com base de cálculo, alíquota ou valor reduzido, para "pequenas e micro empresas", "cooperativas e associações sem fins lucrativos", ou ainda, para contribuintes cujo faturamento anual não ultrapassem R$120.000,00.

ou

2) acrescentar um único dispositivo na parte geral do CTM, para a redução em x % de todos os tributos (impostos e taxas) municipais, para que as micro empresas, as empresas de pequeno porte, as associações e cooperativas sem fins lucrativos, ou ainda, todo o contribuinte que não ultrapassar o faturamento anual de R$120.000,00.

Certos da atenção de V.Sa. e de que o assunto encontra-se nas mais apropriadas mãos, somos

Atenciosamente,

Geraldo João de Bruin
Presidente

PROTOCOLO
Nº de Ordem 347/2002
Fls. Nº 016 Livro Nº 001
Data 05/08/2002
Secretária

Excelentíssimo Senhor
Marcel de Souza Campos
Presidente da Câmara Municipal de Holambra da Estância Turística de Holambra
Holambra – SP.

Rua Rota dos Imigrantes, 353 - Salas 1 e 2 - Galeria Central - Cep 13825-000 - Holambra - SP
Fones: (19) 3802-1593 / 3802-2020 Fax: (19) 3802-2021- E-mail: aciah@dglnet.com.br
Home Page: holambra.dglnet.com.br/aciah

TRANSMISSÃO DE FAX	
DE: CÂMARA M.E.T.HOLAMBRA	**DATA:** 13/08/2002
PARA: SUPERMERCADO BON-NETO	**FLS:** 02 (COM ESTA)
REF.: CADASTRO	

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CADASTRO NO SUPERMERCADO BON-NETTO

Razão Social: Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

CNPJ: 67.172.312/0001-53

Inscrição Estadual: Isento

Endereço: Rua Rota do Imigrante, 425 – Centro – Cx. Postal: 94

Cidade: Estância Turística de Holambra – SP

CEP: 13.825-000

Telefone: (19) 3802-1487

Fax: (19) 3802-1625

e-mail: camaraholambra@uol.com.br

site: www.camaraholambra.com.br

Ofício Especial

Capão Bonito, 14 de junho de 2002.

Senhor Presidente,

Através do presente, cumpre-nos encaminhar para conhecimento e apoio de V. Exa. cópia reprográfica do Requerimento nº 220/02 de autoria do nobre Vereador Abner Batista da Silveira, aprovado pelo Plenário desta Edilidade na Sessão Ordinária realizada no dia 10 de junho do corrente ano

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,

(ANTONIO ROBERTO DE SIQUEIRA)
- Presidente da Câmara -

Exmo. Sr.
DD. PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL
N.T.S./...

Fls. nº 1019

Funcionário

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua 9 de Julho, s/n.º - Fones/Fax: (0xx15) 542-1576 - 542-2166 - 543-1200 - Cx. P. 141 - CEP 18300-900
E-mail: camaracb@cbonet.com.br

R E Q U E R I M E N T O N° 220/02.

DESPACHO

Protocole-se e inclua-se no Expediente da Sessão

Capão Bonito, 07/06/02.

Presidente da Câmara

SENHOR PRESIDENTE

R E Q U E I R O à Mesa, observadas as formalidades legais, seja enviado ofício ao Ministério da Previdência Social solicitando estudos para a redução da idade permitida para a concessão do benefício LOAS de 67 para 65 anos, conforme constava no texto original da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que foi alterada pela Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998.

Justifico a presente propositura, uma vez que a maioria das pessoas que solicitam o benefício por idade através do LOAS, além de idosas, enfrentam problemas de saúde e tem grandes despesas com medicamentos. Além do que, a expectativa de vida no Brasil atualmente atinge até os 67 anos, idade exigida para a concessão do benefício.

Dessa forma, requeiro também que cópia da presente propositura seja enviada aos Deputados Estaduais e Federais, bem como às Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, solicitando o apoio necessário para que esse benefício venha abranger uma parcela maior da nossa população carente.

Assim sendo, conto com a aprovação desta propositura, pelos nobres Pares.

Câmara Municipal de Capão Bonito, Plenário "Dr. Tancredo de Almeida Neves", em 07 de junho de 2002.

(ABNER BATISTA DA SILVEIRA)
- Vereador -

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO - SP
SECRETARIA
PROTOCOLO sob o nº 1019
Capão Bonito, 07 / 06 / 02

Responsável pelo Protocolo

DESPACHO

Aprovado em Sessão hoje realizada.
Câmara Municipal de Capão Bonito
Capão Bonito, 10/06/02.

Presidente da Câmara

Art. 37. O benefício de prestação continuada será devido após o cumprimento, pelo requerente, de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, inclusive apresentação da documentação necessária, devendo o seu pagamento ser efetuado em até quarenta e cinco dias após cumpridas as exigências de que trata este artigo. (Artigo alterado pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

I - 12 (doze) meses, para os portadores de deficiência;

II - 18 (dezoito) meses, para os idosos.

Parágrafo único. No caso de o primeiro pagamento ser feito após o prazo previsto no **caput**, aplicar-se-á na sua atualização o mesmo critério adotado pelo INSS na atualização do primeiro pagamento de benefício previdenciário em atraso. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

~~Art. 38. A idade prevista no art. 20 desta lei reduzir-se-á, respectivamente, para 67 (sessenta e sete) e 65 (sessenta e cinco) anos após 24 (vinte e quatro) e 48 (quarenta e oito) meses do início da concessão.~~

Art. 38. A idade prevista no art. 20 desta Lei reduzir-se-á para sessenta e sete anos a partir de 1º de janeiro de 1998. (Artigo alterado pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

Art. 39. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por decisão da maioria absoluta de seus membros, respeitados o orçamento da seguridade social e a disponibilidade do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), poderá propor ao Poder Executivo a alteração dos limites de renda mensal per capita definidos no § 3º do art. 20 e caput do art. 22.

Art. 40. Com a implantação dos benefícios previstos nos arts. 20 e 22 desta lei, extinguem-se a renda mensal vitalícia, o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral existentes no âmbito da Previdência Social, conforme o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

~~Parágrafo único. A transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social deve ser estabelecida de forma que o atendimento à população não sofra solução de continuidade.~~

§ 1º A transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social deve ser estabelecida de forma que o atendimento à população não sofra solução de continuidade. (Parágrafo alterado pela Lei nº 9.711, de 20.11.1998

§ 2º É assegurado ao maior de setenta anos e ao inválido o direito de requerer a renda mensal vitalícia junto ao INSS até 31 de dezembro de 1995, desde que atenda, alternativamente, aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II ou III do § 1º do art. 139 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (Parágrafo alterado pela Lei nº 9.711, de 20.11.1998

Art. 41. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 42. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO
Jutahy Magalhães Júnior

Este texto não substitui o publicado no D.O.U de 8.12.1998

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial

Estância Turística de Holambra, 08 de agosto de 2002.

Senhor Presidente

Conforme solicitação da c/cepam-07/2002 de 1º de agosto, vimos através do presente informar que a eleição da Mesa nesta Edilidade é bianual.

Esperamos ter atendido o solicitado, e aproveitamos para reiterar nossas distintas considerações.

Atenciosamente,

Andréia Pereira Santos
Chefe de Expediente e Secretaria

Ilustríssimo Senhor
Wilson Carli
Chefe de Gabinete
São Paulo- SP.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Fax

Para:	**WILSON CARLI**	**De:**	ANDRÉIA
Fax:	(19) 3802- 2704	**Data:**	8 de agosto de 2002
Tel.:	(11) 38135969	**Págs.:**	1
Ref:	ELEIÇÃO DA MESA	**CC:**	

XErro! Indicador não definido. **Urgente** ☐ **Para revisão** ☐ **Favor comentar**

☐ **Favor responder** ☐ **Favor circular**

•Comentários:

FUNDAÇÃO PREFEITO FA RIA LIMA - CEPAM
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

C/CEPAM – 07/2002

São Paulo, 1º de agosto de 2002

Senhor Presidente de Câmara

Solicitamos que nos seja informado, com a maior brevidade possível, o período de vigência da Mesa Diretora dessa Edilidade, ou seja, necessitamos saber se a eleição dessa Mesa legislativa é anual ou bianual.

Sua resposta é fundamental para a tualização da Base de Dados Político-Eleitorais e para a edição do Informativo Anual 200 3. A informação pode ser enviada pelo e-mail **fpfl@cepam.sp.gov.br** ou pelo fax (11) 3814-7 232.

SERGIO GABRIEL SEIXAS
Presidente

WILSON CARLI
Chefe de Gabinete
Respondendo pelo Expediente

Av. Professor Lineu Prestes, 913 - Cidade Un versitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900 - Tel. (11) 38 811-0300 - Fax (11) 3813-5969
Site: www.cepam.sp.gov.br e-mail:fpfl @cepam.sp.gov.br

Telefônica

Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP

CT n.º SR /PL - 7261/01

São Paulo, 23/11/2001

Exmo. Sr.
Marcel D. Souza Campos
DD. Presidente
Câmara Municipal da Estância Turística de
HOLAMBRA - SP

ASSUNTO : OF. N.º 214/2001, de 18/10/2001

Referimo-nos ao expediente epigrafado e informamos que conforme visita realizada ao local, constatamos ser inviável o remanejamento do referido Telefone Público, visto que, o mesmo encontra-se bem localizado e atende as necessidades da área.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Evair B. G. Morais
Diretor de Relações Regionais

Diretoria de Relações Regionais
Rua Martiniano de Carvalho, 851 – 4º andar – Fax : (11) 3549-7509
01321-001 – São Paulo

ProClone®
Mudas Matrizes de Laboratório

Holambra 17 de junho de 2002

A/C

Sr. Celso Capato

Prefeito da Estância Turística da Cidade de Holambra

C/C - Câmara dos Vereadores

Prezado Srs.,

A ProClone Biotecnologia Ltda., CNPJ 004.503.002/0001-54 e IE 747.067.766.110, localizada na Rua dos Girassóis, nº 70 - bairro centro - Estância Turística da Cidade de Holambra, vem por meio desta solicitar a revisão ou cancelamento da TAXA DE RENOVAÇAO DE LICENÇA DE LOCALIZAÇAO E FUNCIONAMENTO.

Segue em anexo documentos pertinentes.

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 1199/2002
Fls. n.º _____ Livro n.º _____
Data da entrada 18 de
Junho de 20 02
(RESPONSÁVEL)

Monique Inês Segeren

Prop. ProClone Biotecnologia Ltda

Rua dos Girassóis, 70 • Cx P: 157 • CEP: 13825-000 • Holambra - SP - Brasil
Fone: 19 3802-1787 • Fax: 19 3802-2524 • Cel:19 9725-3724
www.proclone.com.br • proclone@proclone.com.br

Critério de Pesquisa: 1 FUNCIONAMENTO E RENOVACAO E TAXA
Documento: 2 de 70

Inteiro Teor Acompanhamento Processual

Acórdão RESP 336518/SP ; RECURSO ESPECIAL
(2001/0091762-7)
Fonte DJ DATA:25/02/2002 PG:00234

Relator(a) Min. GARCIA VIEIRA (1082)
Data da Decisão 06/11/2001
Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA
Ementa PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - ILEGALIDADE - SÚMULA Nº 157 DO STJ - ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.
É ilegal a cobrança de Taxa na Renovação de Licença de Localização e Funcionamento, posto que, nos anos subseqüentes à instalação da empresa, deixou de existir o exercício de poder de polícia (Súmula nº 157 deste STJ).
Não há como vislumbrar violação ao artigo 535 do CPC, se o acórdão recorrido apreciou as questões necessárias ao deslinde da controvérsia.
Recurso parcialmente provido.

Decisão Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Srs. Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.
Os Srs. Ministros Humberto Gomes de Barros e José Delgado votaram com o Sr. Ministro Relator.
Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Indexação VIDE EMENTA.

Referências
Legislativas LEG:FED SUM:000157
(STJ)

LEG:FED LEI:005869 ANO:1973
***** CPC-73 CODIGO DE PROCESSO CIVIL
ART:00128 ART:00165 ART:00458 ART:00535
LEG:FED LEI:005172 ANO:1966
***** CTN-66 CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL
ART:00077 ART:00078

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

GABINETE DO SECRETÁRIO

São Paulo, 02 de julho de 2002.
OFÍCIO CG nº 076/2002

Senhor Presidente,

A Lei Complementar nº 870/2000 em seu artigo 14, autoriza a constituição do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, com a finalidade de dar suporte financeiro ao planejamento e ações conjuntas decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios da Região.

Já está em andamento o processo de criação da Autarquia à qual se vinculará o Fundo.

É importante e necessário que os mecanismos para o suporte financeiro das ações a serem implementadas para atendimento das funções públicas de interesse comum e metropolitana sejam regulamentados, porque já autorizada sua criação.

Assim, de ordem do Senhor Secretário, entendemos oportuno o encaminhamento da minuta de decreto que regulamentará o Fundo, para cumprimento de disposições constitucionais e infraconstitucionais, e principalmente para dotar a RMC de todos os instrumentos legais para atendimento das finalidades para as quais foi criada.

Aproveito a oportunidade para reiterar os meus protestos de consideração e apreço.

JOAQUIM LOPES DA SILVA JÚNIOR
Chefe de Gabinete

Ilmo. Sr.
MILTON ÁLVARO SERAFIM
MD. Presidente do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas
Campinas / SP
Rita Muzetti/.

MINUTA

DECRETO Nº , DE DE DE 2002

Regulamenta o FUNDO de DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DE CAMPINAS – FUNDOCAMP, de que trata a Lei Complementar nº 870, de 19 junho de 2000.

Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, decreta:-

ARTIGO 1º - O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas – FUNDOCAMP, de que tratam os artigos 14 a 17 da Lei Complementar nº 870, de 19 de junho de 2000, destinado a dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região, reger-se-á por este Regulamento.

§ 1º - Nos termos do artigo 14, § 2º da Lei complementar nº 870, de 19 de junho de 2000, a Nossa Caixa S/A será o agente financeiro do FUNDOCAMP, e atuará como mandatária do Estado na contratação e cobrança de financiamentos neste decreto.

§ 2º - O FUNDOCAMP, nos termos do Artigo 14 da Lei Complementar nº 870/2000, ficará vinculado à Autarquia prevista no artigo 18 da mesma Lei Complementar.

ARTIGO 2º - São objetivos do FUNDOCAMP:

I – financiar e investir em programas e projetos de interesse da Região Metropolitana de Campinas;

STM/ATG
Junho/2002

II- contribuir com recursos financeiros para a melhoria dos serviços públicos municipais; Regionais.

III- contribuir com recursos financeiros para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sócio-econômico da Região;

Parágrafo único – A área de atuação do FUNDOCAMP abrangerá os Municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas – RMC.

ARTIGO 3º - Constituirão recursos do FUNDOCAMP:

1. recursos do Estado e dos Municípios a ele destinados por disposição legal;
2. Transferência dos recursos financeiros para o desenvolvimento das funções públicas de interesse comum, constantes dos planos plurianuais e orçamentos do Estado e dos Municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas, como prevê o artigo 21 da Lei Complementar nº 870, de 19 de junho de 2000;
3. transferências da União, destinadas à execução de planos e programas de interesse comum entre a Região Metropolitana e a União;
4. empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;
5. retorno das operações de crédito contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e concessionários de serviços públicos;
6. produto de operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
7. resultado de aplicação de multas cobradas de infratores cuja competência tenha sido delegada ou transferida para a Autarquia, cuja criação está prevista no artigo 18 da Lei Complementar nº 870/2000;
8. recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de interesse comum;
9. doações de pessoas físicas ou jurídicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e outros recursos eventuais.

Parágrafo único:- O FUNDOCAMP integrará o orçamento anual do Estado de São Paulo.

ARTIGO 4º - O Estado e os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas deverão fazer constar nos respectivos planos plurianuais, diretrizes e orçamento anual dotações destinadas ao Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, nos termos do artigo 157 da Constituição Estadual, e artigo 21 da Lei Complementar nº 760, de 2 de agosto de 1994, para atender o desenvolvimento de funções públicas de interesse comum, de acordo com procedimento e critério aprovado por deliberação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, respeitada a legislação específica referente a matéria.

ARTIGO 5º - A aplicação dos recursos do FUNDOCAMP será supervisionada por um Conselho de Orientação, composto por 6(seis) membros, presidido por um deles, eleito por seus pares, sendo:

I – 4 (quatro) integrantes do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, eleitos em escrutíneo secreto, por período de 24 (vinte e quatro) meses, permitida a recondução;

II- 2 (dois) integrantes da Autarquia da Região Metropolitana de Campinas,prevista no artigo 18 da Lei Complementar nº 870/2000, indicados por período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser reconduzidos;

§ 1º - Os membros poderão ser substituídos pelo Conselho de Desenvolvimento, a qualquer tempo, respeitado o disposto no "caput" e mediante comunicação ao Conselho de Orientação;

§ 2º - Compete ao Secretário de Estado dos Transportes Metropolitanos dar posse aos membros do Conselho de Orientação;

§ 3º - O Conselho de Orientação terá um Secretário Executivo, designado pelo seu Presidente, após aprovação de seus membros;

§ 4º - O Secretário Executivo, se não for membro do Conselho, participará das suas reuniões, sem direito a voto;

público ou privado, cuja atuação interesse direta ou indiretamente à Região Metropolitana de Campinas.

ARTIGO 6º - O Conselho de Orientação tem as seguintes atribuições:

I – apreciar, quanto ao aspecto financeiro, os projetos de interesse metropolitano a serem desenvolvidos com recursos do FUNDOCAMP;

II – acompanhar a execução dos Planos de Aplicação do FUNDOCAMP, aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas;

III – supervisionar a aplicação de recursos e acompanhar o fluxo das disponibilidades através de registros adequados, em consonância com os da instituição financeira do Estado incumbida da administração do FUNDOCAMP, quanto ao aspecto financeiro, nos termos do artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 870, de 19 de junho de 2000;

IV – elaborar, aprovar e modificar o Regulamento de Operações do FUNDOCAMP, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas;

V – deliberar sobre o oferecimento de garantia em operações de crédito;

VI- deliberar sobre a aplicação, no mercado financeiro, de eventuais disponibilidades de caixa, desde que não prejudiquem o cumprimento dos Planos de Aplicação do FUNDOCAMP;

VII – deliberar sobre a garantia de operações de crédito;

VIII – elaborar seu Regimento Interno;

IX – submeter ao Conselho de Desenvolvimento a prestação de contas do FUNDOCAMP, com seu parecer;

X – fixar as normas de procedimento destinadas a solucionar os casos omissos, "ad referendum" do Conselho de Desenvolvimento e da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.

ARTIGO 7º - As deliberações do Conselho de Orientação serão tomadas por maioria de votos dos seus membros.

ARTIGO 8º - O Conselho de Orientação não iniciará qualquer solicitação ou negociação de auxílio financeiro, empréstimo ou financiamento, relacionados com investimentos na Região Metropolitana de Campinas, ou que a ela interessem direta ou indiretamente, sem que a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos certifique estarem os projetos em conformidade com o Plano de Aplicação da Região Metropolitana de Campinas, aprovados pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos e pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas.

ARTIGO 9º - A sistemática e os critérios a serem adotados nos processos de financiamento, investimento e aplicações não reembolsáveis serão fixados no Regulamento de Operações do FUNDOCAMP, de conformidade com as diretrizes do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.

ARTIGO 10 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Orientação, que fixará as normas pertinentes de procedimento a serem observadas em cada caso concreto, "ad referendum" da Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos e do Conselho de Desenvolvimento, observadas as disposições contidas no Regimento Interno daquele, nas Leis Complementares nº 870 de 19 de junho de 2000, nº 760 de 1º de agosto de 1994, e na legislação correlata vigente.

ARTIGO 11 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGO 1º - Enquanto não for criada a Autarquia prevista no artigo 18 da Lei Complementar nº 870, de 19 de junho de 2000, os membros do Conselho de

Orientação, mencionados no inciso II do artigo 4º, serão indicados pelo Governador do Estado, podendo ser substituídos a qualquer tempo.

ARTIGO 2º - O FUNDOCAMP fica vinculado à Secretaria de Estado dos Transporte Metropolitanos, enquanto não criada a Autarquia prevista no artigo 18 da Lei Complementar nº 870/2000.

PALÁCIO DOS BANDEIRANTES, em

GERALDO ALCKMIN
GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial - JEVDBH Estância Turística de Holambra, 06 de agosto de 2002.

Prezado Senhor,

Por intermédio do presente, vimos solicitar a Vossa Senhoria, que determine ao setor competente, se possível providências na mudança de ponto de ônibus da Princesa D´Oeste que se encontra em frente ao Escritório Central da Schoenmaker , localizado á Rua Rota dos Imigrantes, nº 605 neste Município.

Ocorre que, o ponto de parada de ônibus circular, se encontra em frente ao estacionamento do escritório, causando um certo constrangimento aos condutores dos veículos que estacionam naquela área, pois ficam impossibilitados de sair.

Se implantada tal medida, além de desobstruir a passagem, proporcionará o fluxo normal do trânsito, e com certeza beneficiará também os passageiros, dando maior segurança.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterarmos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADORA JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN

Ilustríssimo Senhor
REINALDO CARDOSO DE MORAIS
Encarregado de Tráfego (Princesa D' Oeste)
Artur Nogueira - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial - JEVDBH

Estância Turística de Holambra, 29 de agosto de 2002.

Prezado Senhor,

Vimos através do mesmo, solicitar ao setor competente, o possível estudo e viabilidade de acrescentar mais dois horários no itinerário do ônibus circular (Viação Princesa D' Oeste) com saída de Holambra para Artur Nogueira, ás 18h e outro ás 20:40h, inclusive este último horário já foi solicitado através do Requerimento nº 002/2002, de autoria da Vereadora Solange Maria de Carvalho Mota desta Casa de Leis.

A solicitação se faz necessária, pois várias reclamações estão sendo formuladas por munícipes que trabalham e estudam em Holambra, muitos dos quais, inclusive, pediram nossa intermediação para encaminhamento de uma solução para o problema.

Com certeza a solução do mesmo, irá atender a demanda e beneficiar as pessoas que fazem o uso do circular.

Isto posto, aproveitamos para desejar a Vossa Senhoria, que o espírito de empreendedor norteie suas decisões e reiteramos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADORA JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK REIJDEN

Ilustríssimo Senhor
REINALDO CARDOSO DE MORAIS
Encarregado de Tráfego (Princesa D' Oeste)
Artur Nogueira-SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial - HML

Estância Turística de Holambra, 29 de agosto de 2002.

Prezado Senhor,

Considerando que o Programa de Oficina Abrigada de Treinamento e Reabilitação da Estância Turística de Holambra, incentiva a concepção de ajuda técnica e capacitação na área de reabilitação e atendimento às pessoas portadoras de deficiência,

Considerando que o programa não se descuida, também de propor a formulação de programas de educação para essas pessoas, bem como o acesso ás informações veiculadas pelos meios de comunicação e aponta para a necessidade de propor normas para garantir o acesso desses cidadãos ao mercado de trabalho e ao serviço público,

Considerando que algumas pessoas portadoras de deficiência, por desinformação ou falta de condições financeiras, jamais receberam algum atendimento. O acesso á educação, á saúde e ao trabalho ainda é muito restrito em relação á demanda, e a Oficina Abrigada está empenhada em ajudá-los,

Considerando que muitos dos deficientes da cidade Artur Nogueira se locomovem todos os dias para a Oficina Abrigada de Holambra, no sistema de transporte coletivo (Princesa d' Oeste),

Vimos diante do exposto, solicitar ao setor competente possível estudo e viabilidade para **providências no sentido de concessão do transporte gratuito às pessoas portadoras de deficiência física para o acesso ao Programa de Oficina Abrigada de Treinamento e Reabilitação.**

Dr. HUMBERTO MARINO DE LÚCIA
Vereador/ 1º Secretário

Ilustríssimo Senhor
REINALDO CARDOSO DE MORAIS
Encarregado de Tráfego (Princesa D' Oeste)
Artur Nogueira-SP

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 74302833 - HOLAMBRA
R. ROTA DOS IMIGRANTES, 495 SL 06
CENTRO - 13825-970
HOLAMBRA - SP
C.G.C...: 34.028.316/0912-30 Tel.: 3802-1454
Ins Est.: 209263844110

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento : 01/08/2002 Hora 09:58:58
SubCaixa. : 002 Mat. :81066570
Lancamento: 0013 - 0013

DESCRICAO	QTD.	PRECO
CARTA COMERCIAL	1	2,15=

Peso.(Kg).....: 0,010
Valor do Porte..: 0,35
Objeto.....: RB115671420BR
CEP DESTINO: 13160000
AR REGISTRO MAOI 1,80
Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro, declarando o valor do objeto

Anotacoes:

[redacted]

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 74302833 - HOLAMBRA
R. ROTA DOS IMIGRANTES 495 SL 06
CENTRO - 13825-970
HOLAMBRA - SP
C.G.C...: 34.028.316/0912-30 Tel.: 3802-1494
Ins Est.: 209263344110

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento : 07/08/2002 Hora :09:09:43
SubCaixa. : 001 Mat. :88731464
Lancamento: 0006 - 0006

DESCRICAO	QTD.	PRECO
CARTA COMERCIAL	1	2,15*

Peso.(kg).....: 0.010
Valor do Porte..: 0.55
Objeto.....: RR115672495BR
CEP DESTINO: 13140000
AR REGISTRO NACI 1,60
Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro, declarando o valor do objeto

Anotacoes:

TOTAL ==========>	2,15
VALOR EM DINHEIRO:	2,15
VALOR RECEBIDO==>	2,15

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

ORDEM 2.5

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 74302833 - HOLAMBRA
R. ROTA DOS IMIGRANTES,495 SL 06
CENTRO - 13825-970
HOLAMBRA - SP
C.G.C...: 34.028.316/0912-30 Tel.: 3802-1494
Ins Est.: 209263344110

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento : 02/08/2002 Hora :09:32:23
SubCaixa. : 002 Mat. :08731464
Lancamento: 0004 - 0004

DESCRICAO	QTD.	PRECO
CARTA COMERCIAL	1	2,15*

Peso.(kg).....: 0,010
Valor do Porte..: 0,55
Objeto.....: RB115671518BR
CEP DESTINO: 13160000
AR REGISTRO NACI 1,60
Valor Declarado nao solicitado
No caso de objeto com valor, faca seguro, declarando o valor do objeto

Anotacoes:

TOTAL ==========> 2,15
VALOR EM DINHEIRO: 2,15
VALOR RECEBIDO==> 2,15

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

SCADA 2.5

ENCONTRO NACIONAL DE FLORISTAS
ENFLOR2002

Holambra, 19 de Julho de 2002.

Sr. Presidente e Vereadores
Câmara Municipal de Vereadores
Prefeitura da Estância Turística de Holambra

É com muito prazer que convidamos os Srs. a participar do 11º Enflor, a realizar –se nos dias 26, 27 e 28 de Julho de 2002 na Rodovia SP 107 Recinto da Expoflora as 09h00 as 20h00.

Em especial, convidamos para a abertura as 09h00 no Recinto da Expoflora com a presença do Sr. Arthur Goossens diretor geral da Cooperativa Veiling Holambra, que estará recepcionando os participantes e dando – lhes boas vindas em nome do conselho e da equipe Veiling Holambra.

Ansiosos da vossa presença,

Arthur Goossens
Diretor Geral

José Luis Montejano
Gerente de Marketing

Holambra, 15 de julho de 2002

Ao
Exmo. Sr. Marcel Donizete de Souza Campos
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Referente: Renuncia ao Cargo de Presidente

Prezados Senhores

Por motivos particulares estou renunciando nesta assembléia extraordinária o cargo da presidência deste conselho.

Agradeço a todos os conselheiros que trabalharam ativamente nesta nobre causa, que é o desenvolvimento do nosso município.

Entrego neste momento os documentos originais que estão em meu poder ao vice-presidente do CMDU – Sr. Francisco de Almeida.

Sem mais para o momento subscrevo atenciosamente.

Antonio Joanes Geraldo Hulshof.

PROTOCOLO
Nº de Ordem 328
Fls. Nº 16 Livro Nº 009
Data 16 / 07 /2002
Secretária

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª Região Militar
14ª Circunscrição de Serviço Militar
4ª Delegacia de Serviço Militar
180ª J. S. M.
HOLAMBRA SP

A JUNTA DO SERVIÇO MILITAR DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA-SP TEM A HONRA DE CONVIDAR VOSSA SENHORIA PARA A SOLENIDADE DE **JURAMENTO À BANDEIRA** E ENTREGA DE CERTIFICADOS DE DISPENSA DA INCORPORAÇÃO AOS JOVENS NASCIDOS NO ANO DE 1984 E ANTERIORES , QUE SERA REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO PROXIMO AS 14:00 HORAS NAS DEPENDENCIAS DA **PRAÇA DOS PIONEIROS**, LOCALIZADO NA PRAÇA DOS PIONEIROS S/Nº - CENTRO – HOLAMBRA SP.

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL E PRESIDENTE DA JSM

WAGNER GALVÃO
SECRETARIO DA 180ª JSM

ILMO SR. PRESIDENTE DA CAMARA
MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS

PROTOCOLO
Nº de Ordem 306
Fls. Nº 14 Livro Nº 009
Data 02/ /2022
Secretária

LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994.

Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO
Cláudio Ivanof Lucarevschi
Leonor Barreto Barreto Franco

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA
Comarca de Moji Mirim – Estado de São Paulo
Geisa Aparecida Sandri
Tabeliã Interina
RG 8.383.034-SSP/SP – CPF 064.488.478-98

CASAMENTO Nº 4.576

CERTIFICO e dou fé, que às folhas 008, do livro B-nº37, foi lavrado hoje, o assento do matrimônio de **LUCIANO VAN DER HEIJDEN** com **JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK,** contraído perante a Senhora Juíza de Casamentos em exercício, desta cidade, cidadã Maria Apparecida Stahl Cardoso.

O contraente é brasileiro, solteiro, agricultor, com **vinte e nove(29)** anos de idade, nascido aos 25 de novembro de 1.972, natural de **Jaguariúna-SP,** residente em Holambra-SP, no Sítio Lote J 17, Bairro Fundão, filho de **Petrus Maria van der Heijden** e de Dª **Dorothea Aldegonda Simonne Hermans van der Heijden.**

A contraente é brasileira, solteira, bancária, com **trinta e três(33)** anos de idade, nascida aos 11 de junho de 1.968, natural de **Itu-SP,** residente em Holambra-SP, na Rua das Primaveras nº1.220, Centro, filha de **Henricus Martinus Josephus Van Den Broek** e de Dª **Maria Gertruda Leonarda Van Mierlo Broek.**

Regime adotado: de ***COMUNHÃO PARCIAL DE BENS***.

Apresentaram os documentos exigidos por lei e, a contraente passa a assinar o nome de: **JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN.**

Observações: Nenhuma.

Artur Nogueira, 11 de maio de 2.002.

Paulo Eduardo Pulz
Substituto Designado

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DE ARTUR NOGUEIRA - SP. COMARCA DE MOGI-MIRIM-SP. Paulo Eduardo Pulz SUBSTITUTO DESIGNADO

DE: Câmara Municipal de Mogi Guaçu

PARA: Câmara Municipal de Holambra

Att. Andréia

Fax: (19) 3802.1487 A/C.

Dr. Humberto.

LEI N.o 3.047, DE 16 DE JULHO DE 1993.

Dispõe sobre o atendimento preferencial de gestantes, mulheres com crianças de colo, idosos e deficientes em estabelecimentos comerciais, de serviço e similares, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo, nos termos da letra "b" do artigo 45 da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

ARTIGO 1.o) Todos os estabelecimentos comerciais, de serviço e similares no Município de Mogi Guaçu darão atendimento preferencial e prioritário a gestantes, mulheres com crianças de colo, idosos e pessoas portadoras de deficiências.

§ 1.o — A preferência e a prioridade estabelecidas no "caput" compreendem a não sujeição a filas comuns, além de outras medidas que tornem ágil e fácil o atendimento e a prestação do serviço.

§ 2.o — No caso de serviços bancários o direito assegurado pela presente Lei aplica-se indistintamente a clientes ou não de serviços da agência bancária.

ARTIGO 2.o) Os estabelecimentos comerciais, de serviço e similares deverão manter, em local visível de suas dependências, placas com os seguintes dizeres: "Lei Municipal n.o 3.047/93 — MULHERES GESTANTES, MULHERES COM CRIANÇAS DE COLO, IDOSOS E PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA TÊM ATENDIMENTO PREFERENCIAL".

ARTIGO 3.o) O não cumprimento dos dispositivos desta Lei sujeitará os infratores a multa equivalente a 100 UFIR's (cem Unidades Fiscais de Referência), devidas em dobro no caso de reincidência.

ARTIGO 4.o) O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

ARTIGO 5.o) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mogi Guaçu, 16 de julho de 1993. "Ano 116.o da Fundação do Município, em 09 de abril de 1887".

DR. MÁRIO VEDOVELLO FILHO
Presidente

Registrada e encaminhada à publicação na data supra.

FERNANDO DE SEIXAS PEREIRA
Diretor de Secretaria

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al. : Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra/SP - Tels. (019) 860 - 1321 / 860 - 1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI Nº 252 DE 22 DE ABRIL DE 1997.

DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL DE GESTANTES, MÃES COM CRIANÇAS DE COLO, IDOSOS E DEFICIENTES EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE SERVIÇOS E SIMILARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Todos os estabelecimentos comerciais, de serviços e similares no Município de Holambra darão atendimento preferencial e prioritário a gestantes, mães com crianças de colo, idosos e pessoas portadoras de deficiências.

§ 1º - A preferência e a prioridade estabelecidas no "caput" compreendem a não sujeição a filas comuns, além de outras medidas que tornem ágil e fácil o atendimento e a prestação do serviço.

§ 2º - No caso de serviços bancários, o direito assegurado pela presente Lei, aplica-se indistintamente a cliente ou não de serviços de agência bancária.

Artigo 2º - O disposto no artigo 1º "caput"e parágrafo 1º desta Lei aplica-se também aos supermercados e repartições públicas.

Artigo 3º - Os estabelecimentos alcançados por esta Lei deverão manter em local visível de suas dependências placas com os seguinte dizeres:

"Lei Municipal nº....Mulheres gestantes, Mães com crianças de colo, idosos e pessoas portadoras de deficiência tem Atendimento Preferencial".

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

Artigo 4° - O não cumprimento dos dispositivos desta Lei sujeitará os infratores a multa equivalente a 50 UFIR devidas em dobro em caso de reincidência.

Artigo 5° - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30(trinta) dias, contados da data da promulgação.

Artigo 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 22 de Abril de 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Autoria: Ver.Valter Costella

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª Região Militar
14ª Circunscrição de Serviço Militar
4ª Delegacia de Serviço Militar
180ª J. S. M.
HOLAMBRA SP

OFÍCIO ESPECIAL Holambra – SP 11 de JULHO de 2002

Prezado Senhor,

Por este, manifestamos os nossos sinceros agradecimentos pelo expressivo e expontânea presença no "JURAMENTO DA BANDEIRA" dos jovens nascidos em 1984 e anos anteriores.

A presença de Vossa Senhoria , reputado de forma justa e imparcial, foi carinhosamente recebido pelos jovens dispensados e pelas autoridades presentes.

Fazendo votos pela pessoa de Vossa Senhoria, é-nos grata a ocasião para reiterar-lhe nossas cordiais e atenciosas saudações.

WAGNER GALVÃO
Secretario da JSM de HOLAMBRA

ILMO SR. PRESIDENTE DA CAMARA
MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª Região Militar
14ª Circunscrição de Serviço Militar
4ª Delegacia de Serviço Militar
180ª J. S. M.
HOLAMBRA SP

OFÍCIO ESPECIAL Holambra – SP 11 de JULHO de 2002

Prezado Senhores,

Por este, manifestamos os nossos sinceros agradecimentos pelo expressivo colaboração e expontânea vontade no "JURAMENTO DA BANDEIRA" dos jovens nascidos em 1984 e anos anteriores.

A colaboração de Vossas Senhorias , reputado de forma justa e imparcial, foi carinhosamente recebido pelos jovens dispensados e pelas autoridades presentes.

Fazendo votos pela pessoa de Vossa Senhoria, é-nos grata a ocasião para reiterar-lhe nossas cordiais e atenciosas saudações.

WAGNER GALVÃO
Secretario da JSM de HOLAMBRA

ILMOS (A) SRO. (A) FUNCIONARIOS DA CAMARA MUNICIPAL

Departamento de Promoção Social

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Tels. (019) 3802-1321 - Ramal 230 - Holambra - SP

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Holambra, 01 de Julho de 2002

Vimos por meio desta, convidar VSª. bem como aos demais membros desta Casa , para o IX Encontro Regional da 3ª Idade de Holambra, a realizar-se no próximo dia 11/07/02 das 13:00 às 17:00hs, no Espaço da Galeria "Recinto da Expoflora".
Informamos, que o Evento contará com Grupos de 3° Idade de toda região, com apresentações de quadrilhas, corais, fanfarra, e muito mais.
Ressaltamos, que sua presença abrilhantará ainda mais nossa festa.
Sem mais para o momento, aproveitamos para reiterarmos nossos elevados laços de estima e consideração.
Atenciosamente.

Edineide Inácio da Silva Ferreira
Chefe de Promoção Social

Naide Pulz Capato
Diretora de Promoção Social

Exmo. Sr. Marcel Donizete Souza Campos
Presidente da Câmara Municipal
Holambra-SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial *Estância Turística de Holambra, aos 03 de maio de 2002.*

Assunto: *Projeto de Lei nº 014/2002, que fixa os subsídios do Diretores Municipais.*

Senhor Prefeito,

Em reunião das Comissões Permanentes, realizada 02/05/2002, ao analisar o Projeto de Lei nº 014/2002, (inclusa cópia), de autoria do Vereador Dr. Humberto Marino de Lúcia, fixando os subsídios dos Diretores Municipais de Holambra, até 31 de dezembro de 2004, decidindo-se por enviar o presente ofício ao Executivo pedindo as seguintes informações:

1- Há algum estudo visando reajustar os salários dos demais funcionários municipais?

2- Em quanto implicará na despesa da Lei de Responsabilidade Fiscal, afixação proposta pelo projeto em tela?

3- Tal projeto não ultrapassará o limite de 56%, previsto com pessoal no artigo 20, da Lei Complementar nº 101 de 2000?

4- Qual a implicação em relação a receita (despesa caso aprovado o projeto)?

No aguardo de uma resposta o mais breve possível, aproveitamos a oportunidade para reiterarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA

Excelentíssimo Senhor
CELSO CAPATO
DD. Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra
Holambra - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Excelentíssimo Senhor
ROMEU SANTINI
DD. Presidente da Câmara Municipal de Campinas - SP

SOLICITAÇÃO

Conforme solicitado pelo Senhor ***ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT,*** *Vereador desta Casa de Leis, venho através desta solicitar à Vossa Excelência, cópia do* ***Projeto Lei sobre Cerca Elétrica,*** *de autoria do Senhor Carlos Singnhorelli.*

- ***Fone/Fax:*** *(19) 3802-1487*
- ***Endereço:*** *rua Rota dos Imigrantes, 425*
- ***Bairro:*** *Centro -* ***Caixa Postal n.º****94*
- ***Cidade:****Estância Turística de Holambra - SP*

Aproveito ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Excelentíssimo Senhor
ROMEU SANTINI
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Campinas - SP

SOLICITAÇÃO

Conforme solicitado pelo Senhor ***Dr. HUMBERTO MARINO DE LÚCIA,*** *Vereador desta Casa de Leis, venho através desta solicitar a Vossa Excelência, cópia da* ***Lei Nº 10.704, (Adoção de Praça – PAPI),*** *de autoria do Senhor Carlos Singnhorelli.*

- ***Fone/Fax:*** *(19) 3802-1487*
- ***Endereço:*** *rua Rota dos Imigrantes, 425*
- ***Bairro:*** *Centro -* ***Caixa Postal n.º****94*
- ***Cidade:*** *Estância Turística de Holambra - SP*

Aproveito ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária

Câmara Municipal de Tupã

Estado de São Paulo

OF/CG/0210-C/2002

Tupã, 02 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Com nossa cordial saudação, retornamos à presença de V.Ex.a e, por seu intermédio, perante os demais Ilustres Vereadores e Vereadoras desta Edilidade, em busca de apoio para uma reivindicação que, face à unânime aprovação do Requerimento n.o 23/02, de iniciativa do Vereador Luiz Paulo Oliveira Matias, formulamos ao Governador do Estado, Dr.Geraldo Alckmin Filho, e à Secretária Estadual da Educação, Profª. Teresa Roserley Neubauer da Silva, no sentido de que seja concedido reajuste salarial para os integrantes do QAE – Quadro de Apoio Escolar – e do QSE – Quadro da Secretaria da Educação, que há mais de 7 (sete) anos não têm reajustes salariais.

A reivindicação que formulamos é de inteira justiça, pois os integrantes dos citados quadros, em virtude de não terem os seus salários reajustados neste longo período, vêm enfrentando sérias e crescentes dificuldades para manterem o equilíbrio de seus orçamentos.

Assim, certos de que, com o apoio dos principais Legislativos Municipais, o Senhor Governador envidará os seus melhores esforços em busca do atendimento à mencionada reivindicação, encarecemos a V.Ex.a e aos seus combativos Pares que dispensem ao citado pleito o prestigioso empenho dessa Edilidade.

Convictos da atenção de V.Ex.a e dos demais Ilustres Vereadores e Vereadoras dessa Câmara Municipal e na expectativa de que possam manifestar o apoio pretendido, antecipamos agradecimentos, reiterando-lhes nossos elevados protestos de estima, consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,

DEVANIR PIETRUCCI MARQUES ARANTES
Presidente

EXMO. SR.
DD. Pres. da Câmara Municipal de HOLAMBRA
HOLAMBRA - SP
13825-000

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

DECLARAÇÃO

Eu, **MARCEL DONIZETI SOUZA CAMPOS,** RG. 22.674.490-5, e CPF. 120473038-50, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, Brasil, com as atribuições que lhe são conferidas, DECLARA para as finalidades que se fizerem necessárias, que, o Senhor **HENDRIKUS FRANCISCUS JOSEPH VERMEULEN,** portador do RNE: W313954-D, CPF: 163995108-30, é vivente e residente na Rua Campo de Pouso, 881, - Centro no Município da Estância Turística de Holambra - Estado de São Paulo - Brasil.

Por ser essa a expressão da verdade dato e assino a presente declaração.

Estância Turística de Holambra, aos 16 de abril de 2002.

MARCEL DONIZETI SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial Estância Turística de Holambra, aos 08 de abril de 2002.

Assunto: Solicitação da Lei n.º 8.666/93.

Prezado Senhor (a),

Conforme solicitado pelo Senhor **ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT,** Vereador desta Casa de Leis, vimos por meio deste, solicitar por cortesia de **03 (três) cópias atualizada da Lei n.º 8.666, (Licitação). Segue telefone e endereço para correspondência:**

- **Fone/Fax:** (19) 3802-1487
- **Endereço:** Rua Rota dos Imigrantes, 425
- **Bairro:** Centro - **Caixa Postal n.º** 94
- **Cidade:** Estância Turística de Holambra - SP
- **www.camaraholambra@uol.com.br**
- **e-mail: camaraholambra.com.br**

Contando com especial atenção à solicitação em questão, aproveitamos a oportunidade para externarmos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária

Á
IMPRENSA OFICIAL

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

É com imenso prazer que convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública nº 001/2002, a ocorrer no dia 02 de abril de 2002 (Terça-feira) as 19h e 30 minutos, na Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para discussão da seguinte propositura:

1 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 003/2002, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA – IPMH, COMO ENTIDADE AUTÁRQUICA, INSTITUINDO O SEU ESTATUTO E DAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

Sua presença é de suma importância para resolução do tema tratado, não deixe de comparecer.

Certos de podermos contar com a sua presença, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial Estância Turística de Holambra, aos 05 de março de 2002.

Assunto : Solicitação da Lei n.º 8.666/93.

Prezado Senhor (a),

Conforme solicitado pelo Senhor **ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT,** Vereador desta Casa de Leis, vimos por meio deste, solicitar **10 (dez) cópias atualizada da Lei n.º 8.666, (Licitação). Segue telefone e endereço para correspondência:**

- **Fone/Fax:** (19) 3802-1487
- **Endereço:** Rua Rota dos Imigrantes, 425
- **Bairro:** Centro - **Caixa Postal n.º** 94
- **Cidade:** Estância Turística de Holambra - SP
- **www.camaraholambra@uol.com.br**
- **e-mail: camaraholambra.com.br**

Contando com especial atenção à solicitação em questão, aproveitamos a oportunidade para externarmos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária

Á
IMPRENSA OFICIAL

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial Estância Turística de Holambra, 27 de fevereiro de 2002.

Assunto : *Solicitação de Cartilha do Trabalhador.*

Prezado Senhor (a),

Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, vimos por meio deste, solicitar ***03 (três) exemplares atualizada da Cartilha do Trabalhador, Segue telefone e endereço para correspondência:***

- ***Fone/Fax:*** *(19) 3802-1487*
- ***Endereço:*** *Rua Rota dos Imigrantes, 425*
- ***Bairro:*** *Centro -* ***Caixa Postal n.º*** *94*
- ***Cidade:*** *Estância Turística de Holambra - SP*
- ***www.camaraholambra@uol.com.br***
- ***e-mail: camaraholambra.com.br***

Contando com especial atenção à solicitação em questão, aproveitamos a oportunidade para externarmos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

AO
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS
E DE MATERIAL ELÉTRICO DE MOGI MIRIM

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial Estância Turística de Holambra, 27 de fevereiro de 2002.

Assunto : *Solicitação da Lei 4.320.*

Prezado Senhor (a),

Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, vimos por meio deste, solicitar a possibilidade desta Casa de Leis, receber em doação, ***01 (um) exemplar atualizado da Lei 4.320 (Comentada) de autoria dos Senhores J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis. Segue telefone e endereço para correspondência:***

- ***Fone/Fax:*** *(19) 3802-1487*
- ***Endereço:*** *Rua Rota dos Imigrantes, 425*
- ***Bairro:*** *Centro -* ***Caixa Postal n.º*** *94*
- ***Cidade:*** *Estância Turística de Holambra - SP*
- ***www.camaraholambra@uol.com.br***
- ***e-mail: camaraholambra.com.br***

Sem mais para o momento, aproveito ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Contando com especial atenção à solicitação em questão, aproveitamos a oportunidade para externarmos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

AO
IBAM

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE A POPULAÇÃO

É com imenso prazer que convidamos Vossa Senhoria, para participar da Sessão da Câmara Itinerante, a realizar-se aos 13 de março de 2002, às 20:00 horas, no Salão Comunitário do Bairro Palmeiras.

O objetivo da Câmara Itinerante é de levar para mais perto da população as ações do Legislativo.

Sua presença é de suma importância para realização dos trabalhos, não deixe de comparecer.

Certos de podermos contar com a sua presença, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Marcel D. Souza Campos
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial Estância Turística de Holambra, 31 de janeiro de 2002.

Assunto : Solicitação de Constituição Federal.

Prezado Senhor (a),

Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, vimos por meio deste, solicitar **06 (seis) cópias atualizada da Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado de São Paulo, Segue telefone e endereço para correspondência:**

- **Fone/Fax:** (19) 3802-1487
- **Endereço:** Rua Rota dos Imigrantes, 425
- **Bairro:** Centro - **Caixa Postal n.º** 94
- **Cidade:** Estância Turística de Holambra - SP
- **www.camaraholambra@uol.com.br**
- **e-mail: camaraholambra.com.br**

Sem mais para o momento, aproveito ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Estância Turística de Holambra, aos 31 de janeiro de 2002.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Á
IMPRENSA OFICIAL

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial Estância Turística de Holambra, 31 de janeiro de 2002.

Assunto : Solicitação de Constituição Federal.

Prezado Senhor (a),

Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, vimos por meio deste, solicitar **06 (seis) cópias atualizada da Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado de São Paulo, Segue telefone e endereço para correspondência:**

- **Fone/Fax:** (19) 3802-1487
- **Endereço:** Rua Rota dos Imigrantes, 425
- **Bairro:** Centro - **Caixa Postal n.º** 94
- **Cidade:** Estância Turística de Holambra - SP
- **www.camaraholambra@uol.com.br**
- **e-mail: camaraholambra.com.br**

Sem mais para o momento, aproveito ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Estância Turística de Holambra, aos 31 de janeiro de 2002.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Á
IMPRENSA OFICIAL

Simpósios e Cursos

Eventos previstos para 2002 na área do Direito Público

A programação, com data, horário, duração e investimento, será divulgada em fevereiro, com detalhamento das matérias e corpo docente.

Informações pelo DDG 0800- 558655

Especialmente dirigidos a:

Procuradores, Advogados que assessoram os Municípios, Servidores e Técnicos da Administração Pública, particularmente Ordenadores de Despesas e Executores dos Orçamentos.

1. Estatuto da Cidade
2. Mandado de Segurança
3. Ação Civil Pública e Ação Popular
4. Convênios e Consórcios
5. Processo Disciplinar e Sindicância
6. Direito Ambiental
7. Direito Urbanístico
8. Responsabilidade Civil da Administração Pública
9. Câmaras Municipais e o Limite de Gastos com Pessoal diante das Inovações Trazidas pela Emenda Constitucional nº 25 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal
10. Processo Legislativo – A Elaboração das Leis
11. Processo Legislativo Orçamentário
12. Plano Diretor e Política Urbana
13. Plano Plurianual
14. Loteamentos – Regularização
15. Desapropriação de Imóvel Urbano

TEMAS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

16. O Edital para Todas as Modalidades da Lei nº 8.666/93
17. Licitação para Aquisição de Bens e Serviços de Informática – Dec. nº 1.070/94

18 Habilitação Jurídica – Qualificação Técnica, Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal

19 Recursos e Impugnações

20 Registro de Preços conforme Dec. nº 3.931/01

21 Comissões de Licitação

22 Alienações de Bens da Administração Pública

23 Pregão e a Formação do Pregoeiro

24 Contratos – Formalização – Cláusulas Necessárias – Aditivos – Execução e Rescisão

25 Contratos – Prazos e Prorrogações para Serviços Contínuos

26 Contratos – Acréscimos e Supressões – Limites

27 Contratos Administrativos – Revisão – Reajuste

SIMPÓSIOS MODULARES SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

28 Terceirização de Mão-de-Obra e Serviços de Terceiros na LRF

29 Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

30 Restos a Pagar

31 Operações de Crédito

32 Receita: Previsão, Arrecadação e Renúncia

33 Transparência, Controle e Fiscalização

34 Planejamento Obrigatório e seus Instrumentos

35 Câmaras Municipais e os Limites de Gastos com Pessoal

36 Crimes contra as Finanças Públicas e Sanções Institucionais

37 Empresas Estatais Dependentes e Controladas

38 Poder Judiciário e a LRF

Nota: se algum tema for de seu interesse, sugira e nós poderemos elaborar um curso que o atenda.

EDITORA NDJ LTDA.
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

BOLETIM DE DIREITO MUNICIPAL
BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO
BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Telefax: (11) 223-8655 e DDG: 0800-558655 / Fax: (11) 223-0246
R. Cons. Crispiniano, 344 – 4º e 5º andares
e-mail: ndj@ndj.com.br / Internet: www.ndj.com.br / 01037-908 São Paulo/SP

ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida Ipiranga, 919 - 9º Andar - CEP 01039-902
São Paulo - SP - PABX 222-3722 - Fax 222-3012

São Paulo, 07 de Janeiro de 2002.

Senhor (a) Prefeito (a) /Presidente de Câmara:

Encaminho a V. Exa. cópia do noticiário publicado no informativo desta entidade, versando sobre a tramitação, no Congresso Nacional, de emenda constitucional, apresentada pelo Dep. Federal Fernando Zuppo, a qual propõe a realização de plebiscito sobre a unificação das policias estaduais, a ser efetivada no 1º turno das eleições marcadas para este ano.

A proposta foi aprovada por unanimidade, no XI Congresso Nacional dos Delegados de Polícia, realizado em setembro último, em Goiás e, dada a relevância da matéria, solicito o necessário apoio político para ajudar a equacionar o sério problema da segurança pública em nosso país, definindo qual o modelo policial que devemos Ter.

Atenciosamente,

Paulo Fernando Fortunato
Presidente

ADPESP promove plebiscito sobre unificação das polícias

A Associação está promovendo em seu site na internet (www.adpesp.com.br) um plebiscito sobre a unificação das polícias, conforme proposta apresentada no Congresso Nacional pelo Deputado Federal Fernando Zuppo (PSDC-SP), a pedido da entidade representativa dos Delegados de Polícia. Associado, exerça seu direito de cidadania e vote no plebiscito. É muito importante para a ADPESP conhecer a sua opinião nesse assunto que pode definir o rumo da segurança pública nos Estados e no país.

A ADPESP – Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – está promovendo, em sua página na internet (www.adpesp.com.br), um plebiscito sobre a unificação das polícias nos Estados. Nele, a população pode escolher entre as seguintes alternativas: uma polícia estadual unificada, de natureza civil e ramo uniformizado; polícia estadual militar única; ou a manutenção das atuais polícias civis e militares.

O presidente da ADPESP, Paulo Fernando Fortunato, defende uma mudança profunda na segurança pública do país. Para ele, "os criminosos estão cada vez mais organizados e muito mais ágeis que o organismo policial e algo precisa ser feito".

Uma PEC - proposta de emenda constitucional -, protocolada pelo Deputado Federal Fernando Zuppo (PSDC-SP), a pedido da ADPESP, está tramitando no Congresso Nacional. Ela prevê a realização do plebiscito sobre a unificação das polícias, em âmbito nacional, por ocasião do primeiro turno das eleições de 2002, com as mesmas alternativas daquele que é promovido agora pela entidade policial.

A Associação dos Delegados defende a unificação policial, com estrutura civil e ramo militarizado. "É uma necessidade, para que haja uma ação coordenada, diferentemente do que acontece hoje, com as polícias despendendo esforços nas mesmas áreas enquanto outras ficam desguarnecidas. Esta é uma das razões para o recrudescimento da criminalidade", afirma Paulo Fortunato.

Os defensores da unificação argumentam que ela proporcionaria doutrina única de ação, livre de pressões corporativas; unidade de comando e de ação, com planejamento e racionalização dos recursos materiais e humanos; padronização da coletas e análise de dados estatísticos; definição de atribuição e responsabilidades; facilidade de acesso aos usuários dos serviços de segurança pública; e controle interno mais rigoroso.

Os argumentos daqueles que são contrários à unificação são que a bipartição permite melhor especialização das instituições policiais; a tradição, em razão da existência centenária das polícias militares; e que a unificação resultaria em concentração de poder armado de difícil controle pelos governadores.

Se a proposta de plebiscito for aprovada, haverá uma campanha de esclarecimento em todo o país. Em pesquisa recente, realizada entre os delegados paulistas, 87% declararam-se a favor da unificação. "Agora, é a vez da população expressar sua opinião", diz Paulo Fortunato, ao justificar a proposta do plebiscito.

O Informativo publica abaixo a íntegra da PEC que tramita no Congresso Nacional.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 004446/01, DE 2001

(Do Deputado Fernando Zuppo e outros)

Acrescenta o artigo 84 ao ADCT, determinando a realização de plebiscito sobre unificação da polícia.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Acrescente-se o seguinte artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. 84. Na data da realização do primeiro turno das eleições gerais fixadas para o ano de 2002, o eleitor definirá, na mesma oportunidade, em plebiscito, o Sistema de Segurança Pública a vigorar no País, optando por duas alternativas:

I - pela instituição de Polícia Estadual unificada, de natureza civil, com ramo uniformizado, ou militar única;

II - pela manutenção das atuais polícias civis e militares.

Parágrafo único. Será assegurada gratuidade na livre divulgação do objeto da presente emenda junto aos meios de comunicação de massa, bem como junto aos concessionários de serviços públicos."

Justificação

Um dos temas que mais se debate atualmente no País, umbilicalmente ligado à questão da violência e da criminalidade, gira em torno da unificação das polícias civis e militares.

A Constituição Federal, em seu artigo 144, manteve a dualidade dos órgãos policiais, bipartidos em polícia civil, encarregada da polícia judiciária, e polícia militar, incumbida do policiamento ostensivo, ambas subordinadas ao Governador do respectivo Estado.

No entanto, a unificação de ambas as instituições vem sendo cogitada em nível nacional, empolgando toda a sociedade, como uma das medidas capazes de dotar o sistema policial brasileiro de maior eficiência.

Toma vulto, entre tantos argumentos favoráveis à unificação, aqueles relacionados:

- O estabelecimento de uma única doutrina de emprego, livre das pressões corporativas dos segmentos civil e militar;

- A adoção de unidade de comando, planejamento e ação; à racionalização dos recursos materiais comuns;

- A padronização da coleta e análise de dados estatísticos;

- A definição de atribuições e responsabilidades;

- A maior facilidade de acesso para os usuários dos serviços de segurança pública;

- Ações mais efetivas de correição e de controle interno;

Em sentido contrário à unificação, militam argumentos tais como:

- A bipartição do órgãos permite melhor especialização de cada uma das instituições policiais que a compõem; há também o fator de tradição em jogo, em razão da existência centenária das polícias militares. Há quem afirme que a unificação resultaria numa concentração de poder armado que seria de difícil controle pelos Governadores.

Diante da magnitude e da oportunidade do debate, não é justo que a sociedade seja alijada dessa decisão, apresentando-se o plebiscito como forma mais democrática de manifestação popular e de autêntica auto defesa, razão de ser da presente emenda.

Na certeza de que a nossa proposição se constitui em iniciativa capaz de introduzir aperfeiçoamento oportuno e conveniente ao texto constitucional referente às instituições de segurança pública, esperamos poder contar com o valioso apoio dos nobres Pares em favor de sua aprovação nesta Casa.

Sala das Sessões, em de de 2001.

Deputado Fernando Zuppo
Primeiro signatário



São Paulo, janeiro de 2002.

À Câmara Municipal:

Este Calendário foi uma maneira simples que encontramos para desejar-lhe um feliz e próspero 2002. E para lembrá-lo o ano inteiro de que nunca foi tão essencial contar com o acesso rápido a informações precisas e com a orientação segura de especialistas em Direito Administrativo Municipal.

Sabemos que a sua atuação na Administração Pública Municipal envolve muitos desafios complexos. Um deles é a grande responsabilidade de zelar para que todos os atos e processos sejam conduzidos de forma segura e eficiente.

Outro grande desafio é a tomada de decisões em prazo exíguo, em uma área que sempre requer pesquisas e interpretação dos dispositivos legais.

A todos estes desafios, soma-se o atendimento às diversas obrigações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a observância da Lei nº 10.028/00, que tipifica crimes de Responsabilidade Pessoal do Administrador Público.

Ser um assinante NDJ não é simplesmente receber uma publicação mensal: é ter privilégios que só quem o é há muitos anos sabe valorizar.

Benefícios em ser assinante NDJ:

1 Receber mensalmente, através de boletins, subsídios preciosos à prática de ações embasadas na lei, dando cumprimento, assim, ao princípio da legalidade, que norteia a administração pública:

BDM – Boletim de Direito Municipal
BDA – Boletim de Direito Administrativo
BLC – Boletim de Licitações e Contratos
e agora **BRF** – Boletim de Responsabilidade Fiscal e Finanças Públicas, **ferramentas indispensáveis a uma atuação eficaz.**

2 Consultoria NDJ

CONSULTORIA NDJ
Não é a primeira nem a única. É a mais eficaz.

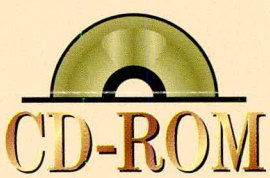
Na hora de decidir no dia-a-dia visando segurança e certeza, consulte-nos. Uma equipe de especialistas em Direito Administrativo Municipal, principalmente em Lei de Responsabilidade Fiscal, está pronta para rapidamente e por escrito oferecer a melhor orientação para tomar decisões dentro da lei.

3 Simpósios, seminários, cursos e treinamentos

É fundamental o aperfeiçoamento, o conhecimento específico, a reciclagem para a capacitação profissional.

A NDJ promove esses eventos em São Paulo, em espaço próprio, com o melhor e mais gabaritado corpo docente do País. É a oportunidade para qualquer servidor público municipal, ou assessor jurídico ou administrativo do município, freqüentar gratuitamente, uma vez por mês, um desses eventos. São 12 participações durante o ano, "gratuitamente", mediante prévia inscrição. Conheça os detalhes na relação de cursos em anexo ou pelo DDG 0800-558655.

Banco de dados informatizado



A NDJ oferece a V.Sa. a oportunidade de ter acesso aos três maiores bancos de dados do Brasil nessas áreas:

Direito Municipal – 17 anos
Direito Administrativo – 17 anos
Licitações e Contratos – 13 anos

Todos em CD-ROM, com grande facilidade de consulta, rapidez e eficiência no seu trabalho. Preços especiais para assinante NDJ.

Obs.: Consulte os Índices Gerais em nosso **site** www.ndj.com.br, para conhecer o conteúdo.

Venha fazer parte deste grupo, deixe seus problemas jurídicos que nós orientamos sua tomada de decisão.

Cordialmente,

Cerdônio Quadros
Editor e Diretor Responsável pela Consultoria NDJ

EDITORA NDJ LTDA.
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

BDM BOLETIM DE DIREITO MUNICIPAL
BDA BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO
BLC BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Telefax: (11) 223-8655 e DDG: 0800-558655 / Fax: (11) 223-0246
R. Cons. Crispiniano, 344 – 4º e 5º andares
e-mail: ndj@ndj.com.br / Internet: www.ndj.com.br / 01037-908 São Paulo/SP

Veja como fazer seu pedido
0800-558655

Pessoa Física

Depósito bancário: Banco do Brasil ou Banco Bradesco. Enviaremos o(s) livro(s) após confirmação do depósito via fax, juntamente com alguns dados para emitirmos e enviarmos a NF: nome e endereço completos, fone.

Pessoa Jurídica

Mediante NE enviada por fax legível, informando o nome completo e o departamento de quem deva receber o(s) livro(s). Condição de pagamento: contra-apresentação.

Contas Bancárias:

Bradesco	**237**	agência **198-8**	conta corrente **142700-8**
Banco do Brasil	**001**	agência **1202-5**	conta corrente **92141-6**

Depósito em nome da ***Editora NDJ Ltda.***
Seu pedido pode ser feito também por e-mail: *livros@ndj.com.br*

ED004/12/01– OS 547

Antes de preencher, veja informações adicionais no verso.



Valor do frete por SEDEX (entrega em 72 horas). Verifique a região da entrega para calcular o pedido.	
Estado de São Paulo	**R$ 6,90**
Sul, Sudeste e Centro-Oeste RS/SC/PR/RJ/ES/MG/DF/GO/MS/MT	**R$ 11,20**
Outros Estados AL/BA/PB/PE/PI/SE/TO/RO/AC/AP/AM/CE/MA/PA/RN/RR	**R$ 21,70**

Se preferir não pagar o frete, enviaremos seu pedido por encomenda: 10 dias úteis, sem ônus.

Quant.	Código	Preço R$	Total
		Subtotal R$	

Valor do frete = R$

TOTAL = R$

Condições para Pagamento a Vista

Depósito Bancário

Banco Bradesco
Agência: 0198-8
Conta Corrente: 142700-8

Banco do Brasil
Agência: 1202-5
Conta Corrente: 92141

Favorecido: Editora NDJ Ltda.

Deposite o valor total do pedido, já incluído o valor do frete, e passe via FAX o comprovante de depósito, assim como esta folha de pedido preenchida com os dados do comprador.

NOSSO FAX: (11) 223-0246 DDG 0800-558655

Atenção: Estudamos condições especiais de pagamento para compras acima de R$ 200,00 (não incluído o valor do frete). Converse conosco.

Dados para Processamento

Forma de Pagamento: ☐ Cheque Nominal ☐ Depósito Bancário ☐ Banco do Brasil ☐ Nota de Empenho ☐ Banco Bradesco

Nome/Órgão: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Complemento: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Estado: _____

Fone/Fax: _____

RG: _____ CPF/CNPJ: _____

e-mail: _____ Inscr. Estadual: _____

NE nº: _____ Data ____/____/____ Processo nº: _____ Data ____/____/____

Observações: _____

_____

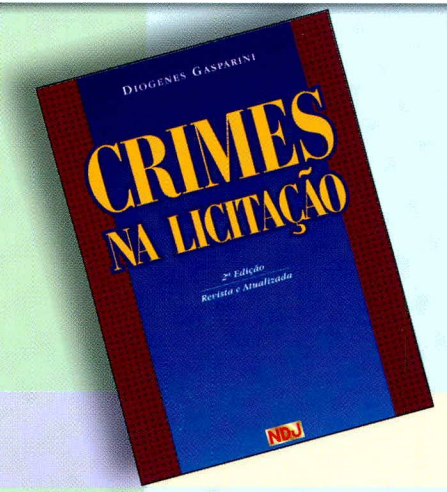
Eu, _____, autorizo a remessa dos produtos relacionados e concordo com o pagamento estabelecido, bem como com o débito na forma de pagamento escolhida mais o valor do frete.

Data do Pedido: _____/ _____/_____

EDITORA NDJ LTDA.
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

Telefax: (11) 223-8655 e DDG: 0800-558655 / Fax: (11) 223-0246 – E-mail: ndj@ndj.com.br – Internet: www.ndj.com.br
Rua Conselheiro Crispiniano, 344 – 4º e 5º ands – 01037-908 – São Paulo/SP – INSCR. EST.: 111.205.151.119 CNPJ 54.102.785/0001-32

Reedições NDJ



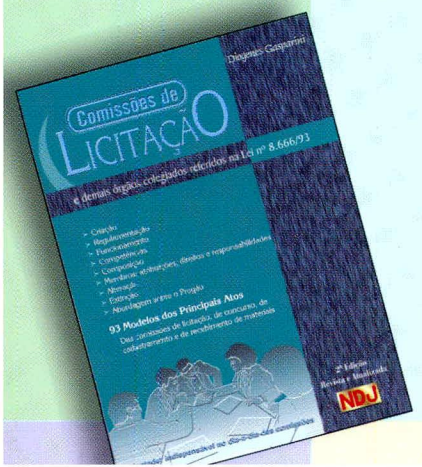
Crimes na Licitação

2ª edição revista e atualizada

Autor: Diogenes Gasparini

Análise das normas penais inscritas nos arts. 89 a 98 da Lei de Licitações e subsídios necessários para sua correta interpretação. Condutas puníveis, sujeitos do crime, penas, efeitos da condenação e muito mais. Uma obra indispensável para juízes, promotores, advogados e servidores em geral que lidam com os procedimentos licitatórios.

código 002 R$ 52,00 *16,0 x 23,0 cm*
2ª ed./2001 – 236 págs.



Comissões de Licitação

2ª edição revista e atualizada

Autor: Diogenes Gasparini

O autor é advogado, mestre e doutor em Direito pela PUC – SP; colaborador dos Boletins da Editora NDJ. Nesta magnífica obra de aspecto didático, Diogenes Gasparini aborda a criação, regulamentação, funcionamento, entre outros, das Comissões de Licitação, de Cadastramento, de Concurso e de Recebimento de Materiais. As atribuições, direitos e responsabilidades de seus membros, presidentes e secretários. Importante: inclui 93 modelos dos principais atos praticados no dia-a-dia destas comissões.

código 001 R$ 98,00 *20,7 x 27 cm*
2ª ed./2001 – 280 págs.

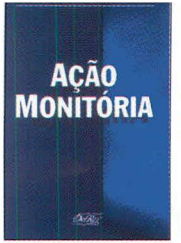


A Lei 4.320 Comentada

Autores: J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis

Nova edição com comentários atualizados em face da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

IBAM — **código 140** — **R$ 60,00**
16,0 x 23,0 cm
30ª ed./2001 – 392 págs.



Ação Monitória

Autor: Ernane Fidelis dos Santos

A obra traz uma análise dos diversos ângulos da ação monitória, inclusive os mais polêmicos, apreciando-os sob as óticas doutrinária e jurisprudencial.

Editora Del Rey — **código 098** — **R$ 33,00**
16,0 x 23,0 cm
1ª ed./2000 – 198 págs.

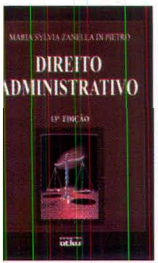


Das Locações Residenciais e Comerciais

Autor: Humberto Agrícola Barbi

O autor disserta sobre os artigos constantes da Lei nº 8.245/91 que tratam da Locação Residencial e Comercial, conjugando, com desenvoltura, a doutrina e a prática.

Editora Del Rey — **código 107** — **R$ 44,00**
15,0 x 22,5 cm
1ª ed./2001 – 302 págs.



Direito Administrativo

Autora: Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Desenvolve os vários temas pertinentes à nova feição do Direito Administrativo dada pela Constituição de 1988. Esta edição inclui um capítulo específico sobre improbidade administrativa e um item sobre o "pregão".

Editora Atlas — **código 142** — **R$ 72,00**
17,5 x 24,5 cm
13ª ed./2001 – 712 págs.

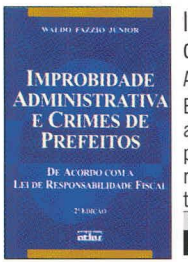


Direito Civil – *Curso Completo*

Autor: César Fiuza

Manual didático que condensa em um só volume os institutos e os temas fundamentais de Direito Civil.

Editora Del Rey — **código 111** — **R$ 66,00**
17,5 x 24,5 cm
4ª ed./2001 – 704 págs.



Improbidade Administrativa e Crimes de Prefeitos

Autor: Waldo Fazzio Júnior

Examina as infrações penais e político-administrativas, bem como os atos de improbidade e ilicitudes suscetíveis de serem cometidas pelo governante e administrador municipal.

Editora Atlas — **código 143** — **R$ 50,00**
17,0 x 24,0 cm
2ª ed./2001 – 344 págs.



Lei nº 8.112 – *Regime Jurídico Único*

Autor: Paulo de Matos Ferreira Diniz

Nesta obra estão registradas, analisadas e comentadas as principais disposições constantes da Lei nº 8.112, com vistas especialmente às modificações introduzidas pelas recentes Emendas Constitucionais.

Editora Brasília Jurídica — **código 122** — **R$ 85,00**
16,0 x 23,0 cm
6ª ed./2001 – 768 págs.

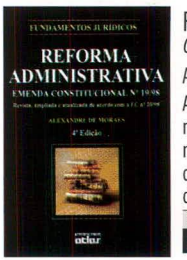


Lixo: Limpeza Pública Urbana

Autor: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Análise da questão do lixo sob o aspecto da legislação em vigor.

Editora Del Rey — **código 141** — **R$ 50,00**
16,5 x 23,5 cm
1ª ed./2001 – 310 págs.



Reforma Administrativa – *Emenda Constitucional nº 19/98*

Autor: Alexandre de Moraes

Analisa os efeitos da Emenda Constitucional nº 19/98 na reestruturação da Administração Pública, sobretudo a introdução do princípio da eficiência e dos contratos de gestão.

Editora Atlas — **código 144** — **R$ 28,00**
17,0 x 24,0 cm
4ª ed./2001 – 144 págs.



Responsabilidade do Estado por Atos de seus Agentes

Autor: Inacio de Carvalho Neto

Expõe os fundamentos da responsabilidade do Estado e a posição dos agentes públicos e membros do Ministério Público.

Editora Atlas — **código 145** — **R$ 28,00**
17,0 x 24,0 cm
1ª ed./2000 – 200 págs.



Teoria do Estado

Autor: Mário Lúcio Quintão Soares

A obra desenvolve, de maneira aprofundada, diversos temas pertinentes à Teoria do Estado, à Ciência Política e à Teoria da Constituição.

Editora Del Rey — **código 134** — **R$ 55,00**
16,0 x 23,0 cm
1ª ed./2001 – 566 págs.



Textos de Direito Público

Autor: Xavier de Albuquerque

Esta coletânea reúne ensaios e pareceres, frutos da destacada atividade profissional de seu autor, pertinentes aos mais diversos temas de Direito Público.

Editora Brasília Jurídica — **código 135** — **R$ 99,00**
16,5 x 23,5 cm
1ª ed./1999 – 1098 págs.

Edições NDJ
e de outras editoras

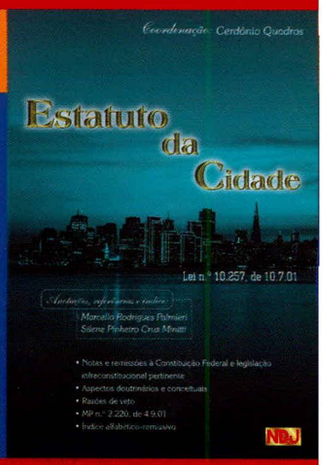
Veja no cupom anexo como fazer sua aquisição

LANÇAMENTO

Estatuto da Cidade

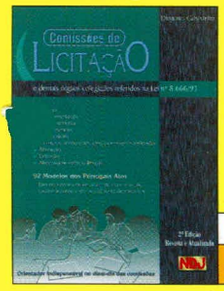
Coordenação: Cerdônio Quadros

Esta publicação da Editora NDJ traz na íntegra o texto do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) e da MP nº 2.220/01, acrescida dos vetos e respectivas razões, de remissão à legislação pátria, de referências doutrinárias e de minucioso índice alfabético-remissivo.



código 012 – 16,0 x 23,0 cm – 1ª ed./2001 – 56 págs. **R$ 15,00**

Reedições NDJ



Comissões de Licitação

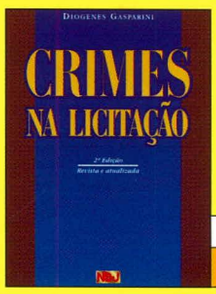
e demais órgãos colegiados referidos na Lei nº 8.666/93

2ª edição revista e atualizada

Autor: Diogenes Gasparini

código 001 – Editora NDJ

EM BREVE!



Crimes na Licitação

2ª edição revista e atualizada

Autor: Diogenes Gasparini

código 002 – Editora NDJ

EM BREVE!

Solicite informações: DDG 0800-558655

EDIÇÕES NDJ

ENRIQUEÇA SUA BIBLIOTECA COM ESTAS OBRAS



Lei de Responsabilidade Fiscal

Comentada Artigo por Artigo

Autores: Flávio C. de Toledo Jr. e Sérgio Ciquera Rossi

Os autores (destacados intérpretes da Lei de Responsabilidade Fiscal) analisam os aspectos jurídicos, técnicos e financeiros da lei, fazendo da obra um valioso instrumento de consulta.

Editora NDJ
código 011 R$ 65,00 — *16,0 x 23,0 cm – 1ª ed./2001 – 344 págs.*



Lei de Responsabilidade Fiscal

Anotada e Referenciada pela Consultoria NDJ

Coordenadores: Cerdônio Quadros e Marcello Rodrigues Palmieri

Edição completa com remissões à legislação pertinente e índice alfabético-remissivo.

Editora NDJ
código 007 R$ 22,00 — *16,0 x 23,0 cm – 1ª ed./2000 – 112 págs.*

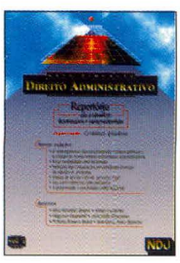


Licitação: Fases & Procedimento

Autora: Yara Darcy Police Monteiro

A autora (advogada renomada e atuante na área do Direito Administrativo) aborda o procedimento licitatório em todas as suas fases.

Editora NDJ
código 006 R$ 51,00 — *16,0 x 23,0 cm – 1ª ed./2000 – 192 págs.*

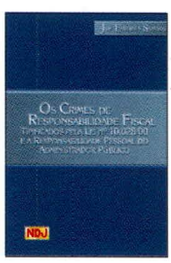


Nova Dimensão Direito Administrativo vol. 1 – *Repertório de Estudos Doutrinários e Jurisprudenciais*

Organizador: Cerdônio Quadros
Diversos autores

Coleção organizada por Cerdônio Quadros em que diversos autores tratam de basilares temas afetos ao Direito Administrativo.

Editora NDJ
código 004 R$ 68,00 — *16,0 x 23,0 cm – 1ª ed./1997 – 292 págs.*



Os Crimes de Responsabilidade Fiscal

Tipificados pela Lei nº 10.028/00 e a Responsabilidade Pessoal do Administrador Público

Autor: Jair Eduardo Santana

Obra que aborda a responsabilização penal do administrador público e os crimes contra as finanças públicas.

Editora NDJ
código 009 R$ 20,00 — *16,0 x 23,0 cm – 1ª ed./2001 – 68 págs.*



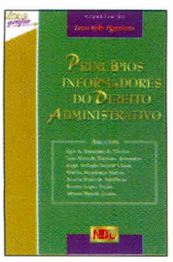
Pregão – Teoria e Prática

Nova e Antiga Idéia em Licitação Pública

Autor: Carlos Pinto Coelho Motta

O autor trata do Pregão (modalidade de Licitação instituída no âmbito da União Federal) enfatizando seus principais momentos.

Editora NDJ
código 010 R$ 30,00 — *16,0 x 23,0 cm – 1ª ed./2001 – 96 págs.*



Princípios Informadores do Direito Administrativo

Organizadora: Lúcia Valle Figueiredo
Diversos autores

Monografias organizadas pela Profª Lúcia Valle Figueiredo em que se abordam os princípios da Administração Pública (tais como: legalidade, impessoalidade, igualdade).

Editora NDJ
código 005 R$ 64,00 — *16,0 x 23,0 cm – 1ª ed./1997 – 280 págs.*



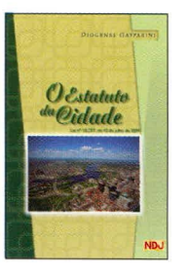
Responsabilidade Fiscal

Estudos e Orientações – Uma Primeira Abordagem

Organizador: Cerdônio Quadros
Diversos autores

Uma primeira abordagem das inovações consagradas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Editora NDJ
código 008 R$ 89,00 — *16,0 x 23,0 cm – 1ª ed./2001 – 448 págs.*



O Estatuto da Cidade

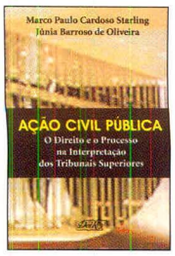
Autor: Diogenes Gasparini

NO PRELO

Editora NDJ
código 013

EDITORA NDJ LTDA.
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

Telefax: (11) 223-8655 e DDG: 0800-558655 / Fax: (11) 223-0246 – E-mails: ndj@ndj.com.br e livros@ndj.com.br – Internet: www.ndj.com.br
Rua Conselheiro Crispiniano, 344 – 4º e 5º andrs – 01037-908 – São Paulo/SP – INSCR. EST.: 111.205.151.119 – CNPJ 54.102.785/0001-32



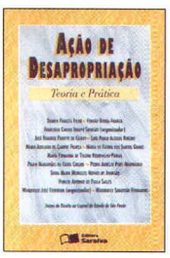
Ação Civil Pública — *O Direito e o Processo na Interpretação dos Tribunais Superiores*

Autores: Marco Paulo Cardoso Starling e Júnia Barroso de Oliveira

Os autores promovem uma exposição crítica e informativa acerca da Lei nº 7.347/85.

LANÇAMENTO

Editora Del Rey **código 092** R$ 66,00 — *15,5 x 22,5 cm — 1ª ed./ 2001 – 418 págs.*



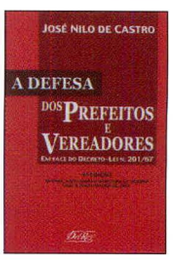
Ação de Desapropriação

Teoria e Prática

Organizador: Francisco Carlos Shitate
Diversos autores

Os autores expõem as soluções adotadas face às novas questões trazidas pela Constituição de 1988 no âmbito do processo expropriatório.

Editora Saraiva **código 054** R$ 58,00 — *14,0 x 21,0 cm — 1ª ed./1999 – 330 págs.*



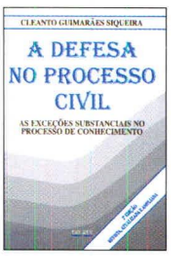
A Defesa dos Prefeitos e Vereadores

Em Face do Decreto-Lei nº 201/67

Autor: José Nilo de Castro

O autor analisa a legislação consubstancia no Dec.-lei nº 201/67 em face da Constitui vigente.

Editora Del Rey **código 052** R$ 48,00 — *13,5 x 21,0 cm — 4ª ed./2000 – 288 págs.*



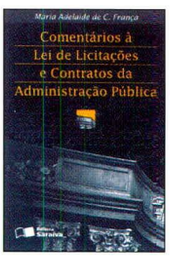
A Defesa no Processo Civil — *As Exceções Substanciais no Processo de Conhecimento*

2ª edição revista, atualizada e ampliada

Autor: Cleanto Guimarães Siqueira

A obra analisa a defesa no processo civil, destacando: exceções substanciais, tutela antecipada, sentença e coisa julgada.

Editora Del Rey **código 099** R$ 71,00 — *15,5 x 22,5 cm — 2ª ed./1997 – 480 págs.*



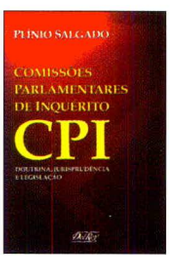
Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública

Autora: Maria Adelaide de C. França

Esta publicação traz o exame dos artigos da Lei nº 8.666/93 com apoio na doutrina e na jurisprudência.

2ª edição

Editora Saraiva **código 056** R$ 37,00 — *14,0 x 21,0 cm — 2ª ed./2002 – 294 págs.*



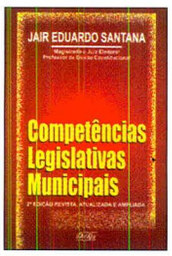
Comissões Parlamentares de Inquérito

Autor: Plínio Salgado

As Comissões Parlamentares de Inquérito são analisadas à luz da doutrina, da jurisprudência e da legislação pátria.

LANÇAMENTO

Editora Del Rey **código 138** R$ 63,00 — *16,0 x 23,0 cm — 1ª ed./2001 – 384 págs.*



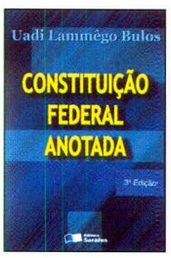
Competências Legislativas Municipais

2ª edição revista, atualizada e ampliada

Autor: Jair Eduardo Santana

Explicita o autor a amplitude das competências legislativas imputadas às Câmaras Municipais.

Editora Del Rey **código 101** R$ 38,00 — *13,5 x 21,0 cm — 2ª ed./1998 – 212 págs.*



Constituição Federal Anotada

Autor: Uadi Lammêgo Bulos

Conjugando o enfoque doutrinário e jurisprudencial, contém a síntese do Direito Constitucional brasileiro.

Editora Saraiva **código 102** R$ 155,00 — *16,0 x 23,0 cm — 3ª ed./2001 – 1474 págs.*



Contorno Jurídico da Improbidade Administrativa

Autor: José Armando da Costa

Traz o exame dos tipos delituais da Improbidade Administrativa.

Editora Brasília Jurídica **código 058** R$ 39,00 — *16,0 x 23,0 cm — 1ª ed./2000 – 270 págs.*

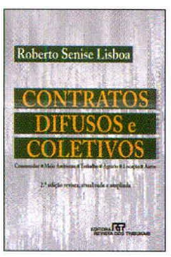


Contratação Direta sem Licitação

5ª edição atualizada, revista e ampliada

Comentários e jurisprudência com o objetivo de assegurar a contratação direta com observância à legislação.

Editora Brasília Jurídica **código 059** R$ 70,00 — *16,0 x 23,0 cm — 5ª ed./2000 – 724 págs.*



Contratos Difusos e Coletivos

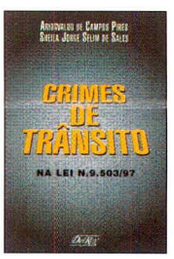
2ª edição revista, atualizada e ampliada

Autor: Roberto Senise Lisboa

Análise do Contrato como instrumento de regulação de interesses de massa: meio ambiente, consumo, trabalho, dentre outros.

2ª edição

Editora Revista dos Tribunais **código 095** R$ 60,00 — *14,0 x 21,0 cm — 2ª ed./2000 – 576 págs.*

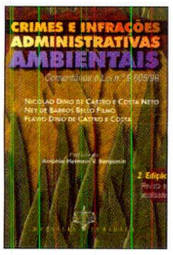


Crimes de Trânsito na Lei nº 9.503/97

Autores: Ariosvaldo de Campos Pires e Sheila Jorge Selim de Sales

Estudo dos crimes de trânsito em espécie, indicando as divergências doutrinárias e jurisprudenciais.

Editora Del Rey **código 104** R$ 47,00 — *16,0 x 23,0 cm — 1ª ed./1998 – 280 págs.*



Crimes e Infrações Administrativas Ambientais — *Comentários à Lei nº 9.605/98*

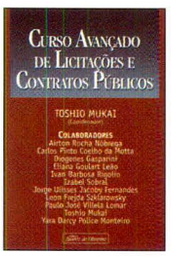
2ª edição revista e atualizada

Autores: Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Ney de Barros Bello Filho e Flávio Dino de Castro e Costa

Análise das figuras previstas pela Lei nº 9.605/98, o modelo sancionatório e o processo penal (e administrativo) adotado.

2ª edição

Editora Brasília Jurídica **código 097** R$ 69,00 — *16,0 x 23,0 cm — 2ª ed./2001 – 478 págs.*

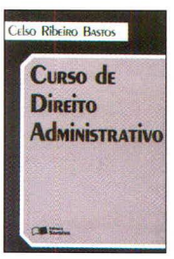


Curso Avançado de Licitações e Contratos Públicos

Coordenador: Toshio Mukai
Diversos autores

Estudo aprofundado de Licitações (Conceito, Princípios, Dispensa e Inexigibilidade) e Contratos Administrativos: Publicação, Duração, **Exceptio non Adimpleti Contractus**.

Editora Juarez de Oliveira **código 061** R$ 45,00 — *16,0 x 23,0 cm — 1ª ed./2000 – 264 págs.*



Curso de Direito Administrativo

Autor: Celso Ribeiro Bastos

Os principais institutos do Direito Administrativo tratados com ênfase nos aspect sti tucionais.

Editora Saraiva **código 105** R$ 47,00 — *15,5 x 22,5 cm — 5ª ed./2001 – 400 págs.*



Curso de Direito Administrativo Positivo

Autor: Edimur Ferreira de Faria

A obra enfatiza os institutos fundamentais do Direito Administrativo e matérias inovadoras: Lei de Responsabilidade Fiscal, Emendas Constitucionais nºs 25/00 e 30/00, Pregão.

Editora Del Rey **código 062** R$ 73,00 — *17,5 x 24,5 cm — 4ª ed./2001 – 628 págs.*

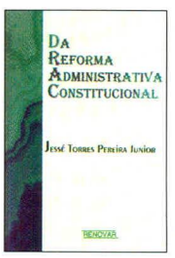


Curso de Direito Ambiental Brasileiro

Autor: Celso Antonio Pacheco Fiorillo

O autor desenvolve um estudo completo e aprofundado do Direito Ambiental, enfatizando os aspectos processuais e criminais.

Editora Saraiva **código 106** R$ 64,00 — *16,0 x 23,5 cm — 2ª ed./2001 – 334 págs.*



Da Reforma Administrativa Constitucional

Autor: Jessé Torres Pereira Junior

O autor aborda as modificações trazidas pela EC nº 19/98 (Reforma Administrativa).

Editora Renovar **código 064** R$ 59,00 — *16,5 x 23,0 cm — 1ª ed./1999 – 492 págs.*

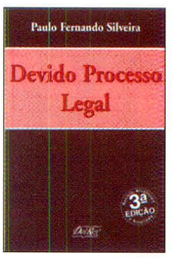


Desapropriação — *Aspectos Civis*

Autor: Mário Roberto N. Velloso

Abordagem da Desapropriação com ênfase nas principais polêmicas no âmbito do processo expropriatório.

Editora Juarez de Oliveira **código 065** R$ 38,00 — *14,0 x 21,0 cm — 1ª ed./2000 – 186 págs.*



Devido Processo Legal

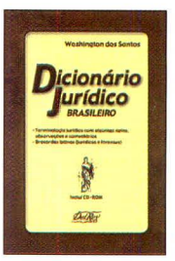
3ª edição revista, atualizada e ampliada

Autor: Paulo Fernando Silveira

O autor trata dos aspectos procedimentais e substanciais do devido processo legal, enfatizando o papel do Poder Judiciário.

3ª edição

Editora Del Rey **código 108** R$ 86,00 — *16,0 x 23,0 cm — 3ª ed./2001 – 726 págs.*



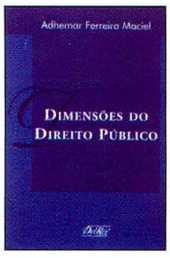
Dicionário Jurídico Brasileiro

Autor: Washington dos Santos

Contém os principais vocábulos utilizados pelos operadores do Direito precisados.

LANÇAMENTO

Editora Del Rey **código 109** R$ 59,00 — *15,5 x 22,5 cm — 1ª ed./2001 – 340 págs.*



Dimensões do Direito Público

Autor: Adhemar Ferreira Maciel

A obra apresenta reflexões do autor acerca de temas fundamentais de Direito Público.

Editora Del Rey
código 110 R$61.00
15,0 x 22,0 cm
1ª ed./2000 – 492 págs.

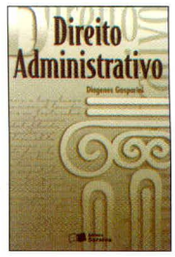


Direito à Defesa do Prefeito nos Julgamentos das Contas Municipais

Autor: Getúlio Sérgio do Amaral

A obra enfatiza (no tocante a prestação de contas) a aplicabilidade do devido processo legal aos julgamentos promovidos pelas Câmaras Municipais.

Editora Inédita
código 066 R$49.00
15,5 x 22,5 cm
1ª ed./2000 – 308 págs.

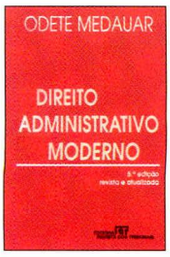


Direito Administrativo

Autor: Diogenes Gasparini

Abordagem didática dos principais temas do Direito Administrativo acrescida de assuntos inovadores: Limites de Gastos de Pessoal, Contratos de Gestão, Agências Executivas e Reguladoras.

Editora Saraiva
código 067 R$87.00
16,5 x 23,5 cm
6ª ed./2001 – 934 págs.



Direito Administrativo Moderno

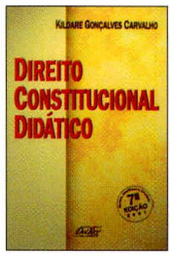
5ª edição revista e atualizada

Autora: Odete Medauar

São tratados os mais relevantes princípios, normas e institutos do Direito Administrativo em atenção ao contexto contemporâneo.

5ª edição

Editora Revista dos Tribunais
código 094 R$58.00
14,0 x 21,0 cm
5ª ed./2001 – 494 págs.



Direito Constitucional Didático

Autor: Kildare Gonçalves Carvalho

São enfrentados os principais temas de Direito Constitucional: Controle de Constitucionalidade, Mandado de Segurança, **Habeas Corpus**, **Habeas Data**, Ação Popular e Mandado de Injunção.

Editora Del Rey
código 070 R$73.00
17,5 x 24,5 cm
7ª ed./2001 – 600 págs.



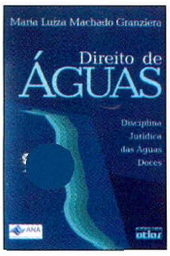
Direito da Infância e da Juventude

Autor: José de Farias Tavares

A análise completa dos direitos, consagrados em documentos internacionais e nacionais, dos jovens e infantes.

LANÇAMENTO

Editora Del Rey
código 112 R$49.00
15,5 x 22,5 cm
1ª ed./2001 – 272 págs.



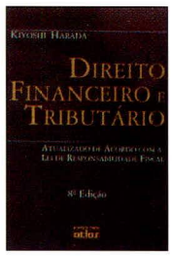
Direito de Águas — *Disciplina Jurídica das Águas Doces*

Autora: Maria Luiza Machado Granziera

Estudo da disciplina jurídica das águas doces no ordenamento brasileiro e da política nacional de recursos hídricos.

LANÇAMENTO

Editora Atlas
código 113 R$39.00
17,0 x 24,0 cm
1ª ed./2001 – 246 págs.



Direito Financeiro e Tributário

Autor: Kiyoshi Harada

O autor enfrenta temas fundamentais afetos tanto ao Direito Financeiro como ao Direito Tributário.

8ª edição

Editora Atlas
código 114 R$60.00
17,0 x 24,0 cm
8ª ed./2001 – 616 págs.



Direito Municipal Positivo

5ª edição revista, ampliada e atualizada

Autor: José Nilo de Castro

Obra referencial no âmbito do direito público por abordar todos os institutos vinculados à esfera municipal.

5ª edição

Editora Del Rey
código 093 R$77.00
16,0 x 23,0 cm
5ª ed./2001 – 632 págs.



Direito Tributário — *Sistema Tributário Nacional*

Autor: Vicente Kleber de Melo Oliveira

O autor explicita o conteúdo do Sistema Tributário Nacional com ênfase nos aspectos práticos.

LANÇAMENTO

Editora Del Rey
código 088 R$78.00
15,5 x 22,0 cm
1ª ed./2001 – 628 págs.



Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil

Organizador: Edésio Fernandes

Estudo sobre os principais temas do Direito Urbanístico: limitação à propriedade, desenvolvimento urbano, assentamentos informais, regiões metropolitanas e gestão municipal.

LANÇAMENTO

Editora Del Rey
código 116 R$73.00
15,5 x 22,5 cm
1ª ed./2001 – 630 págs.



Do Processo Administrativo Disciplinar e da Sindicância

3ª edição revista e atualizada

Autor: Sebastião José Lessa

O autor examina o conteúdo da Lei nº 9.784/99 com ênfase no instituto da prescrição, na repercussão das decisões do TCU, na independência de instâncias.

3ª edição

Editora Brasília Jurídica
código 117 R$35.00
16,0 x 23,0 cm
3ª ed./2001 – 268 págs.



Eficácia nas Licitações & Contratos

Autor: Carlos Pinto Coelho Motta

Esta obra traz as mais recentes alterações administrativas doutrinárias e jurisprudenciais afetas à licitação e aos contratos administrativos.

Editora Del Rey
código 073 R$80.00
17,5 x 24,5 cm
8ª ed./1999 – 536 págs.



Fundações e Entidades de Interesse Social — *Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis e Tributários*

3ª edição revista, ampliada e atualizada

Autor: José Eduardo Sabo Paes

A obra traz precisas noções sobre: corporação, consórcios, cooperativas sociais e serviços sociais autônomos.

3ª edição

Editora Brasília Jurídica
código 118 R$73.00
16,0 x 23,0 cm
3ª ed./2001 – 600 págs.



Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações

Autor: Carlos Pinto Coelho Motta

O trabalho percorre o caminho de racionalização palmilhado pelas Licitações e Contratações da Administração Pública.

LANÇAMENTO

Editora Del Rey
código 119 R$31.00
13,5 x 21,0 cm
1ª ed./2001 – 208 págs.



Guarda Municipal — *Manual de Criação, Organização e Manutenção, Orientações Administrativas e Legais*

Autor: Carlos Alexandre Braga

Contém Histórico, Conceitos, Doutrina e Acórdãos sobre assuntos pertinentes às Guardas Municipais.

Editora Juarez de Oliveira
código 074 R$45.00
14,0 x 21,0 cm
1ª ed./1999 – 258 págs.



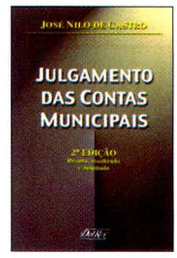
Inquérito Civil e Ação Civil Pública

Instrumentos da Tutela Coletiva

Autor: Paulo Márcio da Silva

O autor trata da Ação Civil Pública enfatizando o princípio do contraditório e os poderes institucionais do Ministério Público.

Editora Del Rey
código 120 R$30.00
15,5 x 22,5 cm
1ª ed./2000 – 158 págs.



Julgamento das Contas Municipais

2ª edição revista, atualizada e ampliada

Autor: José Nilo de Castro

O autor trata do julgamento das Contas Municipais enfatizando o papel do Tribunal de Contas.

Editora Del Rey
código 121 R$32.00
15,5 x 22,5 cm
2ª ed./2000 – 154 págs.



Licença Urbanística

Autora: Márcia Walquiria Batista dos Santos

Estudo sobre o instituto da licença urbanística com ênfase na sua natureza de instrumento de controle.

LANÇAMENTO

Editora Malheiros
código 123 R$22.00
14,0 x 21,0 cm
1ª ed./2001 – 162 págs.

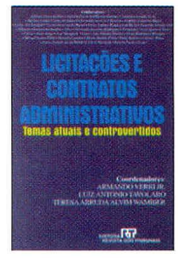


Licitações de Informática

Autor: Jessé Torres Pereira Junior

As licitações de informática são tratadas de maneira prática face à experiência do autor nas licitações das urnas eletrônicas do TSE.

Editora Renovar
código 076 R$83.00
16,5 x 23,5 cm
1ª ed./2000 – 680 págs.

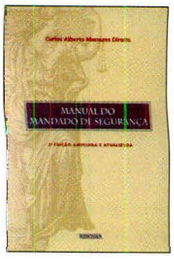


Licitações e Contratos Administrativos — *Temas Atuais e Controvertidos*

Coordenador: Armando Verri Jr.
Diversos autores

A presente coletânea reúne textos envolvendo o tema Licitações e Contratos Administrativos.

Editora Revista dos Tribunais
código 077 R$41.00
14,0 x 20,5 cm
1ª ed./1999 – 346 págs.



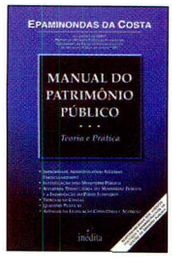
Manual do Mandado de Segurança

3ª edição ampliada e atualizada

Autor: Carlos Alberto Menezes Direito

A obra condensa os princípios e normas essenciais relativos ao mandado de segurança.

Editora Renovar
código 124 R$ 38,00
14,0 x 21,0 cm
3ª ed./1999 – 308 págs.



Manual do Patrimônio Público

Teoria e Prática

Autor: Epaminondas da Costa

A obra traz a lume situações práticas vivenciadas pelo autor respeitantes à tutela do Patrimônio Público.

Editora Inédita
código 125 R$ 52,00
15,5 x 22,5 cm
1ª ed./2000 – 278 págs.



Manual do Prefeito e do Vereador

Com Pareceres sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, Subsídio, Previdência e Tributos

Autor: José Rubens Costa

A obra traz pareceres pertinentes a temas de interesse do Município: Responsabilidade Fiscal, Subsídios, Regime Previdenciário e Tributos.

Editora Del Rey
código 126 R$ 50,00
16,0 x 23,0 cm
1ª ed./2001 – 256 págs.



Mutações do Direito Administrativo

Autor: Diogo de Figueiredo Moreira Neto

Traz um panorama das recentes transformações do Direito Administrativo: Agências Reguladoras, Organizações Sociais, Responsabilidade Fiscal.

Editora Renovar
código 085 R$ 44,00
14,0 x 21,0 cm
2ª ed./2001 – 352 págs.



O Controle da Constitucionalidade das Leis e do Poder de Tributar na Constituição de 1988

3ª edição revista, atualizada e ampliada

Autor: Sacha Calmon Navarro Coêlho

Traz um exame do controle de constitucionalidade com ênfase no poder de tributar.

Editora Del Rey
código 103 R$ 82,00
17,5 x 24,5 cm
3ª ed./1999 – 542 págs.



O Controle Judicial de Atos do Poder Legislativo

Autor: Gilvan Correia de Queiroz Filho

Estudo do controle da atuação do Poder Legislativo pelo Poder Judiciário com ênfase no papel do STF e na temática dos atos de natureza política e **interna corporis**.

Editora Brasília Jurídica
código 139 R$ 29,00
14,0 x 21,0 cm
1ª ed./2001 – 172 págs.

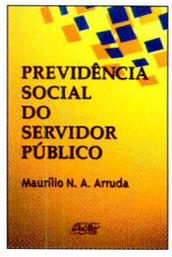


O Município em Face do Direito Econômico

Autor: Giovani Clark

Tema original e atual, abrindo perspectivas de considerar o Município pela ótica do Direito Econômico.

Editora Del Rey
código 127 R$ 53,00
15,5 x 22,5 cm
1ª ed./2001 – 280 págs.

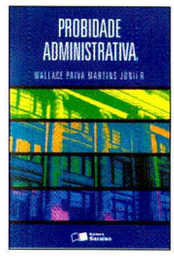


Previdência Social do Servidor Público

Autor: Maurílio N. A. Arruda

São tratadas questões atuais de Previdência Social: Fundos Previdenciários, Fundos de Saúde e Benefícios.

Editora Del Rey
código 128 R$ 61,00
16,0 x 23,0 cm
1ª ed./2001 – 360 págs.



Probidade Administrativa

Autor: Wallace Paiva Martins Júnior

Estudo sistemático e organizado sobre a Probidade Administrativa através da Lei nº 8.429/92.

Editora Saraiva
código 086 R$ 58,00
14,0 x 20,5 cm
1ª ed./2001 – 388 págs.



Reformas: Administrativa, Previdenciária, do Judiciário

Autor: José Tarcízio de Almeida Melo

Estudo sobre o conteúdo básico (das emendas constitucionais) das Reformas Administrativa e Previdenciária e sobre a polêmica Reforma do Poder Judiciário.

Editora Del Rey
código 129 R$ 82,00
17,5 x 24,5 cm
1ª ed./2000 – 512 págs.

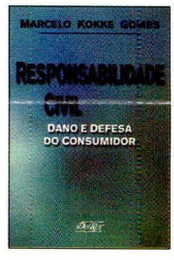


Regime Jurídico dos Contratos da Administração

Autor: Fernando Antônio Dusi Rocha

Análise dos Contratos Administrativos: conceito, espécies, regime jurídico.

Editora Brasília Jurídica
código 082 R$ 44,00
16,0 x 23,0 cm
2ª ed./2000 – 318 págs.



Responsabilidade Civil – *Dano e Defesa do Consumidor*

Autor: Marcelo Kokke Gomes

Trata da Responsabilidade Civil no âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

Editora Del Rey
código 131 R$ 46,00
15,5 x 22,5 cm
1ª ed./2001 – 294 págs.



Responsabilidade Civil por Dano à Honra

5ª edição revista, atualizada e ampliada

Autora: Aparecida Amarante

Explicita os diversos matizes de direito à honra, com destaque à Lei de Imprensa e a reparação do dano.

Editora Del Rey
código 130 R$ 78,00
15,5 x 22,5 cm
5ª ed./2001 – 532 págs.

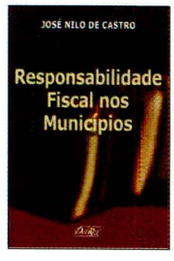


Responsabilidade Civil por Dano ao Meio Ambiente

Autor: José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior

Trata do desenvolvimento da Responsabilidade Civil e das implicações na configuração da responsabilização por danos ambientais.

Editora Del Rey
código 137 R$ 57,00
15,5 x 22,5 cm
1ª ed./2000 – 340 págs.



Responsabilidade Fiscal nos Municípios

Autor: José Nilo de Castro

Reflexões do autor acerca da Lei [illegible] sponsabilidade Fiscal, com ênfase [illegible] dssuntos de interesse municipal.

Editora Del Rey
código 087 R$ 37,00
16,0 x 23,0 cm
1ª ed./2001 – 240 págs.



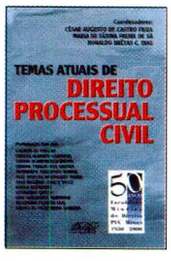
Roteiro Prático de Avaliações e Perícias Judiciais

5ª edição revista e atualizada

Autor: Francisco Maia Neto

Análise dos principais institutos da ciência da avaliação: laudos, matemática financeira, estatística, avaliações, arbitramento de aluguéis.

Editora Del Rey
código 132 R$ 51,00
13,0 x 21,0 cm
5ª ed./2000 – 324 págs.



Temas Atuais de Direito Processual Civil

Coordenadores: César Augusto de Castro Fiuza, Maria de Fátima Freire de Sá e Ronaldo Brêtas C. Dias

A obra reúne estudos relativos a temas atuais e polêmicos do Direito Processual Civil.

Editora Del Rey
código 115 R$ 60,00
16,0 x 23,0 cm
1ª ed./2001 – 384 págs.



Tomada de Contas Especial

Autor: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Destaca, quanto ao tema: instauração, desenvolvimento, julgamento, recursos.

Editora Brasília Jurídica
código 084 R$ 66,00
16,0 x 23,0 cm
2ª ed./1998 – 748 págs.



Tratado Teórico e Prático do Vereador

Autor: Jair Eduardo Santana

Obra que proporciona conhecimentos fundamentais acerca das funções desenvolvidas pelo vereador.

Editora Del Rey
código 136 R$ 73,00
16,0 x 23,0 cm
1ª ed./1998 – 536 págs.

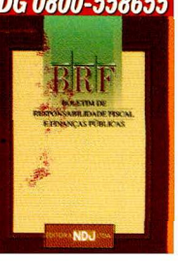
Edições Informatizadas NDJ

Solicite informações: DDG 0800-558655



Lançamento previsto para dezembro/2001
Lançamento previsto para fevereiro/2002
Lançamento previsto para março/2002

Nova Publicação Mensal



Lançamento previsto para Janeiro 2002

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

SOLICITAÇÃO

A/C: SUB SECRETARIA DO SENADO

Conforme solicitado pelo Senhor **ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT,** Vereador desta Casa de Leis, venho por meio desta solicitar a Vossa Senhoria, com URGÊNCIA, cópia da **Lei nº. 10.027, de 20 de dezembro de 2000, Portaria n.º 702 e Instrução Normativa n.º 26 da Secretaria de Inspeção, "Estabelece as normas para as entidades sem fins lucrativos ou empresas. Segue telefone e endereço para correspondência:**

- **Fone/Fax:** (19) 3802-1487
- **Endereço:** Rua Rota dos Imigrantes, 425
- **Bairro:** Centro - **Caixa Postal n.º** 94
- **Cidade:** Estância Turística de Holambra - SP
- **www.camaraholambra@uol.com.br**
- **e-mail: camaraholambra.com.br**

Sem mais para o momento, aproveito ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Estância Turística de Holambra, aos 23 de janeiro de 2002.

Atenciosamente,

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

OF. GP. CIRC. N.º 27/2001

Vinhedo, 26 de dezembro de 2001

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para agradecer à Vossa Excelência as Felicitações Natalinas e retribuindo desejo-lhe paz, harmonia e sucesso no ano vindouro.

Atenciosamente,

MARCOS FERRAZ
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Marcel Donizeti Souza Campos
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Rota dos Imigrantes, 425 – Caixa Postal 94
13825-000 – Holambra – SP

Home: www.camaravinhedo.sp.gov.br

e-mail: cmv@camaravinhedo.sp.gov.br

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

SOLICITAÇÃO

A/C:
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
ALFREDO CHIAVEGATO NETO
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA DE JAGUARIÚNA

Conforme solicitado pelo Senhor **ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT,** Vereador desta Casa de Leis, venho por meio desta solicitar a Vossa Excelência, cópia do **CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA**

- **Fone/Fax:** (19) 3802-1487
- **Endereço:** Rua Rota dos Imigrantes, 425
- **Bairro:** Centro - **Caixa Postal n.º** 94
- **Cidade:** Estância Turística de Holambra - SP

Sem mais para o momento, aproveito ensejo para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Estância Turística de Holambra, aos 16 de janeiro de 2002.

Atenciosamente,

NOEMIA TOMAZ VIEIRA
Secretária